AVULSO NÃO PUBLICADO



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 473-B, DE 2001

(Do Sr. Antonio Carlos Pannunzio e outros)

Dá nova redação ao inciso XIV do art. 84 e ao parágrafo único do art. 101 da Constituição Federal; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela admissibilidade desta e das de nºs 566/02, 484/05, 342/09, 393/09, 434/09 e 441/09, apensadas (relator: DEP. ANTONIO CARLOS BISCAIA).

DESPACHO:

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

SUMÁRIO

- I Proposta inicial
- II Propostas apensadas: 566/02, 484/05, 342/09, 393/09, 434/09 e 441/09
- III Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:
 - Parecer do relator
 - Parecer da Comissão
- IV Na Comissão Especial:
 - Emendas apresentadas (3)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo 1º. Esta proposta de emenda à Constituição dá nova redação ao inciso XIV do artigo 84 e ao parágrafo único do artigo 101 da Constituição Federal instituindo a alternância entre o Presidente da República e o Congresso Nacional na escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Artigo 2º. O inciso XIV do artigo 84 e o parágrafo único do artigo 101 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 84

XIV - nomear os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em seguida à escolha de que trata o parágrafo único do art. 101, e, após aprovação do Senado Federal, os Ministros dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do Banco Central e outros servidores, quando determinado em lei:" (NR)

"Art.	101		********	 		 •:::•:•
******		•••••	• • • • • • • • • • •	 	.,,,	

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão escolhidos, alternativamente, pelo Presidente da República e pelo Congresso Nacional, nesse último caso, pela maioria absoluta de seu membros.

Artigo 3º. Esta emenda à Constituição passa a viger na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição visa a instituir a alternância entre a Presidência da República e o Congresso Nacional para a escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Dessa forma, ter-se-á a participação direta do Poder Legislativo, não somente na aprovação da indicação feita pelo Presidente da República, mas e principalmente, na seleção primeira dos juristas que integrarão essa Corte.

Tem, portanto, a proposta de emenda constitucional, que ora submetemos ao crivo de nossos eminentes pares, inconteste relevância, pois, retirará da exclusiva esfera do Poder Executivo a iniciativa da escolha dos titulares da Suprema Corte de Justiça Brasileira, democratizando, em decorrência, o processo de composição do órgão de cúpula do Poder Judiciário.

Nesse sentido, propomos as presentes alterações ao texto constitucional, as quais, esperamos, venham a merecer a aprovação dos ilustres parlamentares.

Sala das Sessões, em de de 2001

Deputado Antônio Cartos Pannunzio

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SGM - SECAP (7503)

Conferência de Assinaturas

20/12/01 15:47:28

Página: 001

Tipo da Proposição:

PEC

Autor da Proposição: ANTONIO CARLOS PANNUNZIO E OUTROS

Data de Apresentação: 13/12/01

Ementa:

Dá nova redação ao inciso XIV do artigo 84 e ao parágrafo único

do artigo 101 da Constituição Federal.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM-

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	189
Não Conferem	006
Fora do Exercício	000
Repetidas	002
Ilegíveis	. 000
Retiradas	000

Assinaturas Confirmadas

1	ADOLFO MARINHO	PSDB	CE
2.	ALBERTO FRAGA	PMDB	DF
3	ALBERTO GOLDMAN	PSDB	SP
4	ALEXANDRE CARDOSO	PSB	RJ
5	ANA CATARINA	PMDB	RN
6	ANDRÉ BENASSI	PSDB	SP
7	ANIVALDO VALE	PSDB	PA
8	ANTÔNIO CARLOS KONDER REIS	PFL	SC
9	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	PSDB	SP
10	ANTONIO KANDIR	PSDB	SP
11	ARACELY DE PAULA	PFL	MG
12	ARY KARA	PTB	SP
	ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA
14	ÁTILA LIRA	PSDB	PI
15	.B. SÁ	PSDB	PI
.16.	_BASÍLIO-VILLANI	PSDB	PR
17	BENITO GAMA	PMDB	BA
18	BISPO RODRIGUES	PL	RJ
	BISPO WANDERVAL	PL	SP
20	CANDINHO MATTOS	PSDB	RJ
21	CARLITO MERSS	PT	SC
22	CESAR BANDEIRA	PFL	MA
23	CHICO SARDELLI	PFL	SP
24	CLEMENTINO COELHO	PPS	PE
25	CLEUBER CARNEIRO	PFL	MG
26	CLOVIS VOLPI	PV	SP

27	CONFÚCIO MOURA		PMDB	RO
28	CORNÉLIO RIBEIRO		PL	RJ
29	CUSTÓDIO MATTOS		PSDB	MG
30	DAMIÃO FELICIANO		PMDB	PB
31	DANILO DE CASTRO		PSDB	MG
32	DARCÍSIO PERONDI		PMDB	RS
33	DE VELASCO		PSL	SP
34	DELFIM NETTO		PPB	SP
35	DEUSDETH PANTOJA		PFL	PA
36	DIVALDO SURUAGY		PST	AL
37	DJALMA PAES		PSB	PE
38	DR. HELENO		PSDB	RJ
39	DR. HÉLIO		PDT	SP
40	DUILIO PISANESCHI		PTB	SP
41	EDINHO BEZ		PMDB	SC
42	EDMUNDO GALDINO		PSDB	TO
43	EDUARDO BARBOSA		PSDB	MG
43	EDUARDO SEABRA		PTB	AP
45	ELCIONE BARBALHO		PMDB	PA
46	ELIAS MURAD		PSDB	MG
47	EMERSON KAPAZ		PPS	SP
48	ENI VOLTOLINI		PPB	SC
	EURICO MIRANDA		PPB	RJ
49	EURÍPEDES MIRANDA		PDT	RO
50			PSB	AP
51	EVANDRO MILHOMEN		PTB	BA
52	FÉLIX MENDONÇA		PT	RJ
53	FERNANDO GABEIRA		PTB	RJ
54	FERNANDO GONÇALVES		PPB	RS
55	FETTER JUNIOR		P\$DB	ES
56	FEU ROSA		PT	PR
	FLÁVIO ARNS FREIRE JÚNIOR		PMDB	TO
58			PMDB	MA
59	GASTÃO VIEIRA GERALDO MAGELA		PT	DF
60			PPB	PA
61			PFL	SP
62			_PMDB	.MG.
63 64	HENRIQUE FONTANA		PT PT	RS
65	IARA BERNARDI		PT	SP
66	and the second control of the second of the		PPB	MG
67			PFL	RJ
68			PSDB	AC
	INOCÊNCIO OLIVEIRA		PFL	PE
69 70	IVANIO GUERRA		PFL	PR
70	JAIME FERNANDES		PFL	BA
72			PFL	MG
73			PT	SP
74	JAIRO CARNEIRO	_	PFL	BA
14	JAINO CANTEINO	5		ي ربي

75	JOÃO ALMEIDA	PSDB	BA
76	JOÃO CARLOS BACELAR	PFL	BA
77	JOÃO COSER	PT	ES
78	JOÃO HERRMANN NETO	PPS	SP
79	JOÃO LEÃO	PPB	BA
80	JOÃO MATOS	PMDB	SC
81	JOÃO PAULO	PT	SP
82	JOÃO PIZZOLATTI	PPB	SC
83	ATOT OÃOL	PPB	AC
84	JOAQUIM FRANCISCO	PFL	PE
85	JOSÉ CARLOS ALELUIA	PFL	BA
86	JOSÉ CARLOS MARTINEZ	PTB	PR
87	JOSÉ CHAVES	PMDB	PE
88	JOSÉ DE ABREU	PTN	SP
89	JOSÉ ÍNDIO	PMDB	SP
90	JOSÉ MILITÃO	PTB	MG
91	JOSÉ MÚCIO MONTEIRO	PSDB	PE
92	JOSÉ ROBERTO BATOCHIO	PDT	SP
93	JOSÉ ROCHA	PFL	BA
94	JOSÉ THOMAZ NONÔ	PFL	AL
95	JOSUÉ BENGTSON	PTB	PA
96	JOVAIR ARANTES	PSDB	GO
97	JULIO SEMEGHINI	PSDB	SP
98	JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA
	KINCAS MATTOS	PSB	SP
	LAEL VARELLA	PFL	MG
	LAMARTINE POSELLA	PMDB	SP
	LAURA CARNEIRO	PFL	RJ
	LIDIA QUINAN	PSDB	GO
104	LÚCIA VÂNIA	PSDB	GO
105	LUCIANO PIZZATTO	PFL	PR
	LUIS BARBOSA	PFL	RR
107	LUISINHO	PPB	RJ
108	LUIZ ALBERTO	PT	BA
109	LUIZ ANTONIO FLEURY	PTB	SP
110	LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR
111	LUIZ EDUARDO GREENHALGH	PT.	SP
112	LUIZ MOREIRA	PFL	BA
113	LUIZA ERUNDINA	PSB	SP
114	MARÇAL FILHO	PMDB	MS
115	MÁRCIO BITTAR	PPS	AC
116	MÁRCIO FORTES	PSDB	RJ
117	MÁRCIO MATOS	PTB	PR
118	MÁRCIO REINALDO MOREIRA	PPB	MG
119	MARISA SERRANO	PSDB	MS
120	MAX ROSENMANN	PMDB	PR
121	MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS
122	MILTON BARBOSA	PFL	BA
	6		

123	MILTON TEMER		PT	RJ
124	MOACIR MICHELETTO		PMDB	PR
125	MOREIRA FERREIRA		PFL	SP
126	MORONI TORGAN		PFL	CE
127	MUSSA DEMES		PFL	PI
128	NEIVA MOREIRA		PDT	MA
129	NELO RODOLFO		PMDB	SP
130	NELSON MARCHEZAN		PSDB	RS
131	NELSON MARQUEZELLI		PTB	SP
132	NELSON OTOCH		PSDB	GE-
133	NELSON TRAD		PTB	MS
134	ODELMO LEÃO		PPB	MG
135	OSVALDO COELHO		PFL	PE
136	PAUDERNEY AVELINO		PFL	AM
137	PAULO BALTAZAR		PSB	RJ
138	PAULO BRAGA		PFL	BA
139	PAULO GOUVÊA		PFL	SC
	PAULO KOBAYASHI		PSDB	SP
	PAULO LESSA		PPB	RJ
	PEDRO BITTENCOURT		PFL	SC
	PEDRO CANEDO		PSDB	GO
	PEDRO CHAVES		PMDB	GO
	PEDRO FERNANDES		PFL	MA
	PEDRO HENRY		PPB	MT
	PEDRO IRUJO		PFL	BA
	PEDRO VALADARES		PSB	SE
	PHILEMON RODRIGUES		PL	MG
	PIMENTEL GOMES		PPS	CE
	RAFAEL GUERRA		PSDB	MG
	REGIS CAVALCANTE		PPS	AL
	RENILDO LEAL		PTB	PA
	RICARDO FERRAÇO		PPS	ES
	RICARDO IZAR		PTB	SP
	RICARTE DE FREITAS		PSDB	МТ
	RITA CAMATA		PMDB	ES
	ROBÉRIO ARAÚJO		PL	RR
	ROMEL ANIZIO		PPB	MG
	ROMEU QUEIROZ		PTB	MG
	ROMMEL FEIJÓ		PSDB	CE.
	RONALDO CAIADO		PFL	GO
163			PSDB	ES
	RUBENS BUENO		PPS	PR
	RUBENS FURLAN		PPS	SP
	SALVADOR ZIMBALDI		PSDB	SP
	SANTOS FILHO		PFL	PR
	SAULO PEDROSA		PSDB	BA
	SÉRGIO CARVALHO		PSDB	RO
	SÉRGIO NOVAIS	7	PSB	CE
	AND THE PROPERTY OF THE PERSON	ı		

171	SILVIO TORRES	PSDB	SP
	SIMÃO SESSIM	PPB	RJ
	URSICINO QUEIROZ	PFL	ВА
	VICENTE ARRUDA	PSDB	CE
	VICENTE CAROPRESO	PSDB	SC
176	VILMAR ROCHA	PFL	GO
177	VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT	MG
178	VITTORIO MEDIOLI	PSDB	MG
179	WAGNER ROSSI	PMDB	SP
180	WALDEMIR MOKA	PMDB	MS
181	WALDIR PIRES	PT	BA
182	WERNER WANDERER	PFL	PR
183	WOLNEY QUEIROZ	PDT	PE
184	XICO GRAZIANO	PSDB	SP
185	YEDA CRUSIUS	PSDB	RS
186	YVONILTON GONÇALVES	PFL	BA
187	ZEZÉ PERRELLA	PFL	MG
188	ZILA BEZERRA	PTB	AC
189	ZULAIÊ COBRA	PSDB	SP
		1 1 4	
	Assinaturas que Não Co	nferem	,
1	JORGE WILSON	PSDB	RJ
2	LUIZ RIBEIRO	PSDB	RJ
3	NEY LOPES	PFL	RN
4	NORBERTO TEIXEIRA	PMDB	GO
5	OSMÂNIO PEREIRA	PSDB	MG
6	RODRIGO MAIA	PFL	RJ
	Assinaturas Repetio	las	
1	JAIR MENEGUELLI	PT	SP
2	ROMEL ANIZIO	PPB	MG

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

Seção VIII_ Do Processo Legislativo

.

Subseção II Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

.....

- I de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
 - II do Presidente da República;
- III de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- § 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- § 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- § 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas-Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
- § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:
 - I a forma federativa de Estado;

- II o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III a separação dos Poderes;
- IV os direitos e garantias individuais.
- § 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

CAPÍTULO II DO PODER EXECUTIVO

Seção II Das Atribuições do Presidente da República

- Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:
- I nomear e exonerar os Ministros de Estado;
- II exercer, com o auxilio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;
- III iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;
- IV sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;
 - V vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- VI dispor sobre a organização e o funcionamento da administração federal, na forma da lei;
- VII manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;
- VIII celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;
 - IX decretar o estado de defesa e o estado de sítio;
 - X decretar e executar a intervenção federal;
- XI remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;
- XII conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;
- XIII exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos;

* Inciso XIII com redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 02/09/1999.

XIV - nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do Banco Central e outros servidores, quando determinado em lei;

XV - nomear, observado o disposto no art. 73, os Ministros do Tribunal de Contas da União;

XVI - nomear os magistrados, nos casos previstos nesta Constituição, e o Advogado-Geral da União;

XVII - nomear membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII;

XVIII - convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;

XIX - declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;

XX - celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;

XXI - conferir condecorações e distinções honoríficas;

XXII - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

XXIII - enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição;

XXIV - prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

XXV - prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;

XXVI - editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do art. 62;

XXVII - exercer outras atribuições previstas nesta Constituição.

Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

CAPÍTULO III DO PODER JUDICIÁRIO

Seção II Do Supremo Tribunal Federal

Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber juridico e reputação ilibada.

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 566, DE 2002

(Do Sr. Alceu Collares)

Dá nova redação ao art. 101 da Constituição Federal.

DESPACHO:

APENSE-SE À PEC-473/2001

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 101 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 101.O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão escolhidos e nomeados pela composição plena do Supremo Tribunal Federal, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo:

I - um terço dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um terço dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal;

II – um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e dos Territórios, alternadamente, indicados na forma do art. 94.

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.

Brasília; - de maio de 2002.

Justificativa

A atual redação do art. 101 da Constituição Federal prevê ampla liberdade na escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, dispondo seu parágrafo único que a nomeação será feita pelo Presidente da República, após a aprovação da escolha pelo Senado Federal.

Eis os termos do dispositivo constitucional mencionado:

"Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluto do Senado Federal."

Mencionada fórmula – que reproduz, na essência, o texto da Emenda Constitucional nº 1 de 1969 (art. 118, parágrafo único), da Constituição de 1967 (art. 113), e da Constituição de 1946 (art.99) - tem propiciado, ao longo de nossa história constitucional, distorção no funcionamento do órgão de cúpula do Poder Judiciário nacional visto que a imparcialidade, uma das principais prerrogativas deste Poder, resulta mitigada pela nomeação feita pelo Chefe do Poder Executivo federal.

Os Ministros nomeados por um determinado Presidente da República acham-se irremediavelmente comprometidos com as emenda constitucionais promulgadas e com as leis sancionadas cuja iniciativa tenha sido do Presidente da República, bem como com os atos normativos infralegais de competência privativa do Presidente da República.

Lembre-se que, não raro, os Ministros indicados e nomeados pelo Presidente da República, exerceram cargos de destaque no âmbito do Poder Executivo Federal.

Os recentes episódios envolvendo a nomeação do Ministro da Justiça do Governo Fernando Henrique são absolutamente elucidativos sobre o funcionamento da mais alta Corte de Justiça do país, mais especificamente, sobre a sua forma de composição.

A grande imprensa noticiou amplamente que o Presidente da República, valendo-se de prerrogativa constitucional inserida no art. 101 da CF, e não satisfeito com as três escolhas já feitas ao longo dos oito anos de seu mandato – Ministro Nelson Jobim, ex-Ministro da Justiça de seu Governo, Ministra Ellen Gracie Northfleet, e o atual Advogado-Geral da União, o Sr. Gilmar Ferreira Mendes – pretendia convidar um Ministro em atividade no Supremo Tribunal Federal, para que em sua vaga pudesse nomear pessoa de sua mais absoluta confiança. Acabou não logrando resultado a iniciativa, mas, de qualquer forma, foi suficientemente didática para demonstrar a interferência indevida do Poder Executivo sobre a composição e o funcionamento do Poder Judiciário.

Trata-se de artifício muito comum e legítimo quando se trata da nomeação de Ministros de Estado no âmbito do Poder Executivo, ou de pessoas para ocupar cargos de segundo e terceiro escalões, como mecanismo de recomposição de forças político-partidárias, que no entanto, se transforma em aberração institucional quando feita com o intuito de tutelar e submeter outro Poder da República.

Não era outra a intenção do Presidente da República se não tentar ampliar seu espectro de influência no âmbito do Supremo Tribunal Federal como se aquela Corte Suprema pudesse ser tratada como apêndice do Poder Executivo, tutelada e servil.

Não é mais possível que a composição do Supremo Tribunal seja feita da forma atual. Não há mais como admitir a interferência indevida exercida pelo Chefe do Poder Executivo na composição da Corte que exerce o controle concentrado da constitucionalidade das normas federais e estaduais, controle em abstrato, da norma em tese, e mais, responsável, no âmbito recursal, em caráter extraordinário, de todas as matérias que suscitem controvérsias constitucionais.

Mitiga-se de, de forma insofismável, o princípio constitucional - petrificado pelo inciso I do § 4ª do art. 60 da CF - da separação de Poderes. Como esperar imparcialidade e isenção no julgamento daquele que, num intervalo de dias, defendeu ativamente as posições, atos e normas do Governo Federal, ajudando, inclusive a redigilos, e agora, vê-se alçado à condição de julgador de seus próprios atos, dos atos daquele a quem deve gratidão pelo exercício do cargo de suprema confiança e a quem é imputada a escolha?

O Supremo Tribunal Federal vê-se, neste momento, envolto em problemática de índole processual-constitucional da maior relevância. Será possível ao novo Ministro – já que é de todo improvável supor que a maioria governista do Senado não irá aprovar o nome do atual Advogado-Geral da União – atuar nos processos em que funcionou perante o Supremo Tribunal Federal? Lembre-se que o Advogado-Geral da União, por força do art. 103, § 3º da CF, defende a constitucionalidade de todas as leis e atos normativos federais e estaduais impugnados por vício de inconstitucionalidade, em sede de controle concentrado, perante o Supremo Tribunal Federal.

O professor Joaquim Falcão, em interessante artigo publicado no jornal Folha de São Paulo do dia 10.05.2002, à pag. A-3, analisa o mecanismo de indicação para a composição do Supremo Tribunal Federal.

Extrai-se o seguinte trecho, por sua relevância:

"O prof. Alvaro Jorge analisou, agora em Harvard, as biografias e os critérios de indicação dos juizes do Supremo em dois períodos distintos: o período do autoritarismo, de 1964 até 1988, e o período da democratização, de 1988 até hoje. Dois dados são significativos e ajudam a entender melhor essa situação. Onde trabalhavam os ministros, perguntou o professor, quando indicados pelo Presidente? No autoritarismo cerca de 23% trabalhavam diretamente com a Presidência. Hoje, na democratização, esse número dobrou. Cerca de 50% dos indicados trabalhavam, como Gilmar Mendes agora, diretamente com o Presidente. Mais ainda. Tanto no autoritarismo quanto na democratização cerca de 40% dos indicados vieram do próprio Poder judiciário. Com importante diferença. No período do autoritarismo, cerca de 26% vieram dos Judiciários estaduais. Na democratização, nenhum. Por que esse aumento de vinculação com a Presidência e desvinculação com as Justiças estaduais?"

Ao analisar essa transformação estrutural que aponta para uma maior centralização das nomeações no nível federal, conclui o professor que :

"De qualquer modo, é poder imenso, nunca tido, muito menos no autoritarismo. É natural portanto, que agora o Poder Executivo se preocupe mais com suas decisões. E queira influenciá-las, torná-las mais previsíveis, mais favoráveis às suas políticas."

Aprofunda sua análise ao informar que o notável saber jurídico e a honradez dos futuros ocupantes do Supremo Tribunal Federal são condições necessárias porém insuficientes. A indicação de pessoas próximas ao núcleo central do Poder Executivo e por ele escolhidas - egressas da Justiça Federal e de órgãos ligados à Presidência - tende a distorcer o processo de composição da mais alta Corte do país..

A fórmula proposta nesta emenda constitucional objetiva - adotando-se como parâmetro o mecanismo de composição do Superior Tribunal de Justiça, em que se destina um terço das vagas para os egressos dos Tribunais Regionais Federais; um terço para os egressos dos Tribunais de Justiça Estaduais e um terço para os egressos do Ministério Público Federal e da advocacia - o equilíbrio entre o poder central e os poderes regionais, bem como entre as categorias - juízes federais, juízes estaduais, membros do Ministério Público e advogados - que comporão a Corte, com suas peculiaridades, idiossincrasias, e visões diferenciadas do Direito, pautadas em diversas trajetórias e experiências profissionais.

A diferença essencial é que, nesta proposta de emenda à Constituição, que ora submeto à apreciação da Câmara dos Deputados, a nomeação não é feita pelo Presidente da República e sim pela composição plena do Supremo Tribunal Federal.

Busca-se, dessa forma, afastar qualquer espécie de ingerência do Poder Executivo na composição da mais Alta Corte do País.

O professor Joaquim Falção afirma - quando analisa o momento adequado à discussão da matéria - que as luzes sobre a questão são intensas agora no momento da . nomeação de Gilmar Ferreira Mendes, mas o ideal é que a discussão estrutural sobre o mecanismo de composição do Supremo Tribunal Federal não esmoreça, para, ao final, concluir:

> "Com a crescente importância do Supremo em nossas vidas, a tendência é a maior mobilização e polemização destas indicações. Não apenas o Poder Executivo quer influenciar. A sociedade também. O desafio é como estimular esse processo de forma construtiva para a democracia. O que está em jogo não é o destino futuro de um Presidente da República e suas políticas. O que está em jogo é a credibilidade do Supremo, sem a qual, democracia não há. A hora de aperfeiçoar o sistema de indicações é agora".

Entendemos ser absolutamente oportuna a discussão trazida à baila por esta proposta de emenda à Constituição, razão pela qual, esperamos receber o apoiamento de nossos Ilustres Pares. 26/06/02

de maio de 2002 Sala das Sessões/

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SGM - SECAP (7503)

Conferência de Assinaturas

11/7/2002 13:27:08

Página: 001:

Tipo da Proposição:

PEC

Autor da Proposição: ALCEU COLLARES E OUTROS

Data de Apresentação: 26/6/2002

Ementa:

Dá nova redação ao art. 101 da Constituição Federal.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	187
Não Conferem	003
Fora do Exercício	.000
Repetidas	002
llegiveis	000
Retiradas	000

Assinaturas Confirmadas

1	ADOLFO MARINHO	PSDB	CE
2	AIRTON DIPP	PDT .	R\$
3	ALCEU COLLARES	PDT	. RS
4	ALDO REBELO	PCdoB	SP.
5	ALEX CANZIANI	PSDB	. PR
6	ALMEIDA DE JESUS	PL	CE
7	ALMERINDA DE CARVALHO	PPB	RJ-
8	ANGELA GUADAGNIN	PT	SP
9	ANÍBAL GOMES	PMDB	CE
10	ANTÔNIO DO VALLE	PMDB	MG
11	ANTÔNIO JORGE	PTB	TO
12	ARMANDO ABÍLIO	·· PSDB	PB
13	ARNON BEZERRA	PSDB	ÇE
14	AUGUSTO FRANCO	PSDB	SE
15	AUGUSTO NARDES	PPB	RS
16	AYRTON XERÊZ	PFL	RJ
17	B. SÁ	PSDB	PI
-18	BABÁ · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	PT	PA:
- 19	BEN-HUR FERREIRA	PT	· MS
20	BETO ALBUQUERQUE	PSB	RS
21	BISPO RODRIGUES	PL	RJ
22	CABO JÚLIO	PST	MG
23	CARLITO MERSS	PT	SC
24	CARLOS DUNGA	PTB	PB
25	CARLOS MELLES	PFL	MG
26	CARLOS SANTANA	PT	RJ
27	CELCITA PINHEIRO	PFL	MT

	0100000		
28	CHICO DA PRINCESA	PSDB	PR
29	CLEUBER CARNEIRO	PFL	MG
30	CONFÚCIO MOURA	PMDB	RO
31	CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP
32	CORNÉLIO RIBEIRO	PL	RJ
33	CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	MG
34	DAMIÃO FELICIANO	PMDB	PB
35	DANILO DE CASTRO	PSDB	
36	DARCI COELHO		MG
		PFL	TO
37	DE VELASCO	PSL	SP
38	DJALMA PAES	PSB	PE
39	DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB
40	DR. BENEDITO DIAS	PPB	AP
41	DR. EVILÁSIO	PSB	SP
42	DR. HELENO	PSDB	RJ
43	DR. HÉLIO	PDT	SP
44	DUILIO PISANESCHI	PTB	SP
45	EDIR OLIVEIRA	PTB	RS
46	EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG
47	EDUARDO CAMPOS	PSB	PE
48	EDUARDO SEABRA	PTB	AP
49	ELISEU RESENDE	PFL	MG
50	EMERSON KAPAZ	PPS	SP
51	ENIO BACCI	PDT	RS
52	ENIVALDO RIBEIRO	PPB	PB
53	ESTHER GROSSI	PT	RS
54	EUJÁCIO SIMÕES	PL	BA
55	EULER MORAIS	PMDB	
56	EUNÍCIO OLIVEIRA		GO
	DESTRUCTION OF THE RESIDENCE OF THE STATE OF	PMDB	CE
	EURÍPEDES MIRANDA	PDT	RO
58	EXPEDITO JÚNIOR	PSDB	RO
	EZIDIO PINHEIRO	PSB	RS
	FERNANDO CORUJA	PDT	SC
	FERNANDO DINIZ	PMDB	MG
	FERNANDO FERRO	PT	PE
	FERNANDO GABEIRA	PT	RJ
	FERNANDO GONÇALVES	PTB	RJ
65	FIORAVANTE	PT	RS
	FLÁVIO ARNS	PT-	- PR-
67	FREIRE JÚNIOR	PMDB	TO
68	GENÉSIO BERNARDINO	PMDB	MG
69	GEOVAN FREITAS	PMDB	GO
70	GERVÁSIO SILVA	PFL	SC
71	GESSIVALDO ISAIAS	PMDB	Pl
72	GILBERTO KASSAB	PFL	SP
	GILMAR MACHADO	PT	MG
74	GIOVANNI QUEIROZ	PDT	PA
75	GIVALDO CARIMBÃO 18	PSB	AL
	10		

76	GLYCON TERRA PINTO		PMDB	MG
77	GONZAGA PATRIOTA		PSB	PE
78	GUSTAVO FRUET		PMDB	PR
79	HERCULANO ANGHINETTI		PPB	MG
	IBERÊ FERREIRA			
80			PTB	RN
81	IÉDIO ROSA		PFL	RJ
82	IGOR AVELINO		PMDB	TO
83	INÁCIO ARRUDA		PCdoB	CE
84	INALDO LEITÃO		PSDB	PB
85	JAIME MARTINS		PFL	MG
86	JAIR BOLSONARO		PPB	RJ
87	JAIR MENEGUELLI		PT	SP
88	JOÃO CALDAS		PL	AL
89	JOÃO COSER		PT	ES
90	JOÃO EDUARDO DADO		PDT	SP
91	JOÃO MAGALHÃES		PMDB	MG
92	JOÃO MATOS		PMDB	SC
93	JOÃO PIZZOLATTI		PPB	SC
94	JOÃO RIBEIRO		PFL	TO
95	JOÃO SAMPAIO		PDT	RJ
96	JONIVAL LUCAS JUNIOR		PMDB	BA
97	JOSÉ ANTONIO ALMEIDA		PSB	MA
98	JOSÉ CARLOS ELIAS		PTB	ES
99	JOSÉ CARLOS FONSECA JE	₹.	PFL	ES
100	JOSÉ CHAVES		PMDB	PE
101	JOSÉ DE ABREU		PTN	SP
102			PPB	CE
103	S		PTB	MG
104	The second secon		PSDB	PE
105			PT	CE
	JOSÉ ROBERTO BATOCHIO		PDT	SP
107			PFL,	AL
108	~ .		PTB	PA
	LAÍRE ROSADO		PMDB	RN
	LAVOISIER MAIA		PFL	RN
	LÉO ALCÂNTARA		PSDB	CE
	LINCOLN PORTELA		PSL	MG
	LUCI CHOINACKI		PT	SC
	LUCIANO ZICA		PΤ	SP
	LUIS CARLOS HEINZE		PPB	RS
	LUIZ ANTONIO FLEURY		PTB	SP
	LUIZ BITTENCOURT		PMDB	GO
118		2H	PT	SP
119		311	PPB	AM
	LUIZ RIBEIRO		PSDB	RJ
	LUIZ SÉRGIO		PT	RJ
	MARCELO BARBIERI			SP
		19	PMDB	
123	MARCELO CASTRO	13	PMDB	PI

124	MÁRCIO MATOS	PTB	PR
125	MARCONDES GADELHA	PFL	PB
126	MARCOS AFONSO	PT	AC
127	MARCOS ROLIM	PT	RS
128	MÁRIO ASSAD JÚNIOR	PL	MG
129	MAURO LOPES	PMDB	MG
	MEDEIROS	PL	SP
	MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS
	MILTON MONTI		
		PMDB	SP
	MIRIAM REID	PSB	RJ
	MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR
135	MUSSA DEMES	PFL	Pl
136	NEIVA MOREIRA	PDT	MA
137	NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP
138	NELSON MEURER	PPB	PR
139	NELSON PELLEGRINO	PT	BA
140	NEUTON LIMA	PFL	SP
141	NILSON MOURÃO	PT	AC
142		PTB	RO
-	NORBERTO TEIXEIRA	PMDB	GO
170	OLIMPIO PIRES	PDT	MG
	OLIVEIRA FILHO	PL	PR
-			
(3) (3) (3)	OSMÂNIO PEREIRA	PSDB	MG
	OSVALDO BIOLCHI	PMDB	RS
148		PMDB	TO
149	PAES LANDIM	PFL	Pi
150	PAULO BALTAZAR	PSB	RJ
151	PAULO KOBAYASHI	PSDB	SP
152	PAULO ROCHA	PT	PA
153	PEDRO CANEDO	PSDB	GO
154	PEDRO CELSO	PT	DF
155	PEDRO CHAVES	PMDB	GO
156	PEDRO EUGÊNIO	PT	PE
	PEDRO VALADARES	PSB	SE
	POMPEO DE MATTOS	PDT	RS
	PROFESSOR LUIZINHO	PT	SP
	RAFAEL GUERRA	PSDB	MG
	REGIS CAVALCANTE	PPS	AL
	-RENATO VIANNA	-PMDB	SC -
	RENILDO LEAL	PTB	PA
	RICARDO BERZOINI	PT	SP
			SP
	RICARDO IZAR	PTB	
	ROBERTO ARGENTA	PHS	RS
167		PTB	MG
	ROMMEL FEIJÓ	PSDB	CE
169	RONALDO VASCONCELLOS	PL	MG
170	SALVADOR ZIMBALDI	PSDB	SP
171	SAULO PEDROSA 20	PSDB	BA

	172	SERAFIM VENZON	PDT	SC	
	173	SÉRGIO BARCELLOS	PFL	AP	
	174	SÉRGIO MIRANDA	PCdoB	MG	
	175	SÉRGIO NOVAIS	PSB	CE	
	176	SILAS BRASILEIRO	PMDB	MG	
	177	SOCORRO GOMES	PCdoB	PA	
	178	VALDECI PAIVA	PSL	RJ	
	179	VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM	
	180	VICENTE ARRUDA	PSDB	CE	
	181	VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT	MG	
	182	VIVALDO BARBOSA	PDT	RJ	
	183	WANDERLEY MARTINS	PSB	RJ	
	184	WELLINGTON DIAS	PT	PI	
	185	WILSON CIGNACHI	PMDB	RS	
	186	ZÉ GOMES DA ROCHA	PMDB	GO	
	187	ZÉ ÍNDIO	PMDB	SP	
		Assinaturas que Não Co	nferem		
	1	GASTÃO VIEIRA	PMDB	MA	
	2	JURANDIL JUAREZ	PMDB	AP	
	3	MARCOS DE JESUS	PL	PΕ	
Assiratores Donatidas					
	_	Assinaturas Repetic			
	1	JONIVAL LUCAS JUNIOR	PMDB	BA	
	2	RENATO VIANNA	PMDB	SC	

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

Seção VIII Do Processo Legislativo

Subseção II Da Emenda à Constituição

- Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:
- I de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
 - II do Presidente da República;
- III de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- § 1º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- § 2º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- § 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
 - § 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:
 - I a forma federativa de Estado;
 - II o voto direto, secreto, universal e periódico;
 - III a separação dos Poderes;
 - IV os direitos e garantias individuais.
- § 5º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

CAPÍTULO III DO PODER JUDICIÁRIO

Seção I Disposições Gerais Art. 94. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

Parágrafo único. Recebidas as indicações, o tribunal formará lista tríplice, enviandoa ao Poder Executivo, que, nos vinte dias subseqüentes, escolherá um de seus integrantes para nomeação.

Seção II Do Supremo Tribunal Federal

Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

Art. 103. Podem propor a ação de inconstitucionalidade:

I - o Presidente da República;

II - a Mesa do Senado Federal;

III - a Mesa da Câmara dos Deputados;

IV - a Mesa de Assembléia Legislativa;

V - o Governador de Estado;

VI - o Procurador-Geral da República;

VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VIII - partido político com representação no Congresso Nacional;

IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

- § 1º O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.
- § 2º Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.
- § 3º Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.
- § 4º A ação declaratória de constitucionalidade poderá ser proposta pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados ou pelo Procurador-Geral da República.
- * § 4° com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1, DE 17 DE OUTUBRO DE 1969.

OS MINISTROS DA MARINHA DE GUERRA, DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA MILITAR, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, e

CONSIDERANDO que, nos têrmos do Ato Complementar nº 38, de 13 de dezembro de 1968, foi decretado, a partir dessa data, o recesso do Congresso Nacional;

CONSIDERANDO que, decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo Federal fica autorizado a legislar sôbre tôdas as matérias, conforme o disposto no § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968;

CONSIDERANDO que a elaboração de emendas a Constituição, compreendida no processo legislativo (artigo 49, I), está na atribuição do Poder Executivo Federal;

CONSIDERANDO que a Constituição de 24 de janeiro de 1967, na sua maior parte, deve ser mantida, pelo que, salvo emendas de redação, continuam inalterados os seguintes dispositivos: artigo 1º e seus §§ 1º, 2º e 3º; artigo 2º, artigo 3º, artigo 4º e itens II, IV e V; artigo 5°; artigo 6° e seu parágrafo único; artigo 7° e seu parágrafo único; artigo 8°, eus itens I, II, III, V, VI, VII e suas alíneas a, c, e d, VIII, IX, X, XI, XII, XV e suas alíneas a, b, c e d, XVI, XVII e suas alineas a, d, e, f, g, h, j, l, m, n, o, p, q, r, t, u e v e § 2°; artigo 9° e seus itens I e III; artigo 10 e seus itens I, II, IV, V e alíneas a, b e c, VI, VII e suas alíneas a, b, d, e, f e g; artigo 11, seu § 1° e suas alíneas a, b e c, e seu \S 2°; artigo 12 e seus itens I e II, e seus $\S\S$ 1°, 2° e 3°; artigo 13 e seus itens I, II, III e IV, e seus §§ 2°, 3° e 5°; artigo 14; artigo 15; artigo 16, seu item II e suas alíneas $a \in b$, e seus §§ 1° e suas alíneas $a \in b$, 3° e suas alíneas $a \in b$, e 5°; artigo 17 e seus §§ 1° e 3°; artigo 19 e seus itens I e II, e seus §§ 1°, 2°, 4°, 5° e 6°; artigo 20 e seus itens I e III e seus alíneas a, b, c e d; artigo 21 e seus itens I, II e III; artigo 22 e seus itens III, VI e VII, e seus §§ 1° e 4°; artigo 23; artigo 24 e seu § 7°; artigo 25 e seus itens I e II, e seus §§ 1°, alínea a, e 2°; § 3° do artigo 26; artigo 28 e seus itens I, II e III, e seu parágrafo único e alíneas a e b; artigo 30; § 3° do artigo 31; artigo 33; § 5º do artigo 34; artigo 36 e seus itens I, alíneas a e b, e II, alíneas a, b, c e d; artigo 37 e seu item I; § 2º do artigo 38; artigo 39; §§ 1º e 2º do artigo 40; 1º do artigo 41; artigo 42 e seus itens I e II; §§ 1º e 2º do artigo 43; artigo 44, seus itens I e II, e seu parágrafo único; itens III, IV e V do artigo 45; artigo 46 e seus itens I, II, V, VII e VIII; artigo 47 e seus itens I, II, III, IV, V, VI e VIII; artigo 48; artigo 49 e seus itens I a VII; artigo 50 e seus itens I e II, e seus §§ 1° e 2°; artigo 52; artigo 53; artigo 54 e seus §§ 2°, 3° e 5°; artigo 55 e seu parágrafo único e item I; artigo 56; artigo 57 e seu parágrafo único; artigo 58 e seu item I, e seu parágrafo único; artigo 59 e seu parágrafo único; artigo 60 e seus itens I, II e III, e seu parágrafo único e alíneas a e b; artigo 61 e seus §§ 1º e 2º; §§ 4º e 5º do artigo 62; artigo 63 e seu item I e seu parágrafo único; artigo 64 e alíneas b e c de seu § 1°, e seu § 2°; §§ 1° e 5° artigo 65; artigo 67 e seu § 1°; § 4° do artigo 68; artigo 69 e seu § 2° e alíneas a, b e c; artigo 71 e seus parágrafos; artigo 72 e seus itens I, II e III; artigo 73 e seus §§ 1°, 2°, 3° e 4°, alíneas a, b, e c do § 5°, e §§ 6°, 7° e 8°; artigo 74; § 3° do artigo 76; artigo 77 e seus §§ 1° e 2°; artigo 78 e seus §§ 1° e 2°; artigo -79-caput; artigo 80; artigo 81; artigo 82; artigo 83 e seus itens I, II, III, IV, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII e XIX; artigo 84 seus itens I a VII, e seu parágrafo único; artigo 85 e seus parágrafos; artigo 87 e seus itens I, II e III; artigo 89; artigo 90 e seu § 2°; artigo 91 e alíneas a, b e c do item II e III, e parágrafo único; artigo 92 e seus §§ 1º e 2º; artigo 93 e seu parágrafo único; artigo 94 e seus §§ 1º e 3º; artigo 95 e seu § 2º; artigo 96; artigo 97 e seus itens I a IV, e seus §§ 1º a 3º; artigo 99, caput; artigo 100 e seus itens I, II e III e seu § 1º; artigo 101 e seus itens I, alíneas a e b, II, e seus §§ 1°, 2° e 3°; § 2° do artigo 102; artigo 103 e seus itens I e II, e seu parágrafo único; artigo 105 e seu parágrafo único; artigo 107 e seus itens I a V; artigo 108 e seus itens I e II e seus §\$\frac{1}{4}^\circ e 2^\circ; artigo 109 e seus itens I, II e III; artigo 110 e seus itens I, II e III; artigo 111; artigo 112 e seus §§ 1º e 2º; artigo 114 e seu item I, alíneas f, g, j, l, m e n, item II, alínea c, alíneas a, b e c do item III; artigo 115 e seu parágrafo único e alíneas a, b, c e d; artigo 116 e seu § 2°; artigo 117 e seu item I, alíneas a e c, item II e parágrafo único; artigo 119 e seus itens III, IV, V, VI, VII, IX e X, e seus §§ 1º e 2º; artigo 120; artigo 121, alíneas a e b de seu § 1°, e seu § 2°; artigo 122 e seus §§ 1°, 2° e 3°; artigo 123 e seus itens I a IV, e seu parágrafo único; item II do artigo 124 e alínea b do seu item I; artigo 125; artigo 126 e seus itens I, alíneas a e b, II, III, e seus §§ 1º e 2º; artigo 127; artigo 129; artigo 130 e seus itens I a VIII; artigo 131 e seus itens I a IV; artigo 133 e seus itens, seu § 1°, alíneas $a \in b$, e seus §§ 2° a 5°; artigo 134 e seu § 1°; artigo 135; artigo 136 e seus itens I, II, alínea b, III, IV, seu § 1° e alíneas a, b e c, e seus §§ 2º e 6º; artigo 137; § 1º do artigo 138; artigo 139; artigo 140 e seus itens I, alíneas a, b e c, e II, alíneas a e b e números 1, 2 e 3; artigo 141 e seus itens I, II e III; artigo 142 e seus §§ 1°, 2° e 3°, alíneas a, b e c do item II do artigo 144; artigo 145 e seu parágrafo único e alíneas a, b e c; artigo 149 e seus itens I, II, III, IV, V, VI e VIII; artigo 150 e seus §§ 1° a 7°, 9° e 10, 12 a 17, 19 e 20, 23 a 27, 30 a 32, 34 e 35; artigo 152 e seus itens I e II, e seus §§ 1°, 2°, alíneas a a $t \in 3$ °; artigo 153 e seu § 1°; artigo 154; artigo 155; artigo 156; itens I, II, III, IV e VI do artigo 157 e seus §§ 2°, 3°, 5°, 7°, 8°, 9° e 10; artigo 158 e seus itens I a XV e XVIII a XXI, e seu § 1°; artigo 159 e seus §§ 1° e 2°; artigo 160 e seus itens I, II e III; artigo 161 e seus §§ I a IV; artigo 162; artigo 163 e seus §§ 1º e 3º; artigo 164 e seu parágrafo único; artigo 165 e seu parágrafo único; artigo 166 e seus itens I, II e III, e seus §§ 1º e 2º; artigo 167 e seus §§ 1°, 2° e 3°; §§ 1°, 2° e 3°, seus itens I a V, do artigo 168; artigo 169 e seus §§ 1° e 2°; parágrafo único do artigo 170; artigo 171 e seu parágrafo único; e artigo 172 e seu parágrafo único;

CONSIDERANDO as emendas modificativas e supressivas que, por esta forma, são ora adotadas quanto aos demais dispositivos da Constituição, bem como as emendas aditivas que nela são introduzidas:

CONSIDERANDO que, feitas as modificações mencionadas, tôdas em caráter de Emenda, a Constituição poderá ser editada de acôrdo com o texto que adiante se publica,

PROMULGAM A SEGUINTE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DE 24 DE JANEIRO DE 1967:

Art 1º A Constituição de 24 de janeiro de 1967 passa a vigorar com a seguinte redação:

"O Congresso Nacional, invocando a proteção de Deus, decreta e promulga a seguinte

CONSTITUIÇÃO DAREPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO NACIONAL

CAPÍTULO VIII DO PODER JUDICIÁRIO

Seção II Do Supremo Tribunal Federal

Art. 118. O Supremo Tribunal Federal, com sede na Capital da União e jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de onze Ministros.

Parágrafo único. Os Ministros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.					
O CONGRESSO NACIONAL, INVOCANDO A PROTEÇÃO DE DEUS, DECRETA E PROMULGA A SEGUINTE					
CONSTITUIÇÃO DO BRASIL					
1967					
TÍTULO I					
DA ORGANIZAÇÃO NACIONAL					
CAPÍTULO VIII					
DO PODER JUDICIÁRIO					
Seção II					
Do Supremo Tribunal Federal					
Art 113. O Supremo Tribunal Federal, com sede, na Capital da União e jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de dezesseis Ministros.					
§ 1º - Os Ministros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros, natos, maiores de trinta e cinco anos,					
de notável saber jurídico e reputação ilibada. § 2º - Os Ministros serão, nos crimes de responsabilidade, processados e julgados					
pelo Senado Federal.					

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL 1946

A Mesa da Assembléia Constituinte promulga a Constituição dos Estados Unidos do Brasil e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos dos seus arts. 218 e 36, respectivamente, e manda a todas as autoridades, às quais couber o conhecimento e a execução desses atos, que os executem e façam executar e observar fiel e inteiramente como neles se contêm.

Publique-se e cumpra-se em todo o território nacional.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1946; 125º da Independência e 58º da República.

FERNANDO DE MELLO VIANNA

Presidente

Georgino Avelino

1º Secretário

Lauro Lopes

2º Secretário

Lauro Montenegro

3º Secretário

Ruy Almeida

4º Secretário.

Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos, sob a proteção de Deus, em Assembléia Constituinte para organizar um regime democrático, decretamos e promulgamos a seguinte

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO FEDERAL

CAPÍTULO IV DO PODER JUDICIÁRIO

-Seção-II Do Supremo Tribunal Federal

Art 98. O Supremo Tribunal Federal, com sede na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional, compor-se-á de onze Ministros. Esse número, mediante proposta do próprio Tribunal, poderá ser elevado por lei.

Art 99. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros (art. 129, nº s I e II), maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 484, DE 2005

(Do Sr. João Campos e outros)

Altera a redação dos arts. 101 e 84, modificando a sistemática de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

DESPACHO:

APENSE-SE À PEC 473/2001

APRECIAÇÃO:

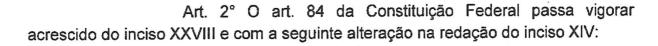
Proposição sujeita à apreciação do Plenário

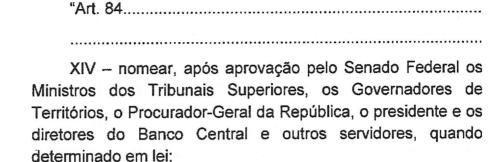
As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3° do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1° O art. 101 da Constituição Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Απ. 101	

- § 1° Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de escolhidos pelo Congresso Nacional, em votação por maioria absoluta das duas Casas.
- §2° Não poderão ser nomeados Ministros do Supremo Tribunal Federal aqueles que tenham exercido mandato eletivo, cargo de Ministro de Estado ou de Presidente de Partido Político, até quatro anos depois do término do mandato, ou de afastados definitivamente de suas funções.
- §3º Os Ministros do Supremo Tribunal Federal são inelegíveis, por um período de quatro anos, contados a partir do afastamento efetivo de suas funções judiciais." (NR)





XXVIII - nomear, após escolha pelo Congresso Nacional, os Ministros do Supremo Tribunal Federal." (NR)

Art. 3° Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 1º de dezembro de 2005.

Deputado João Campos

JUSTIFICAÇÃO

A presente Proposta tem por escopo modificar o atual processo de recrutamento dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por meio da alteração dos arts. 101 e 84 da Constituição Federal.

Lamentavelmente, a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que promoveu a primeira etapa da Reforma do Judiciário, não logrou aperfeiçoar a sistemática de escolha dos Ministros do Pretório Excelso.

A sociedade brasileira, incluídos os setores comprometidos com a prestação jurisdicional pátria, vem se manifestando no sentido de que o vigente modelo de investidura dos Ministros do STF compromete a imparcialidade dos membros da mais alta Corte do País.

Cabe mencionar a pesquisa promovida com juízes pela Associação dos Magistrados Brasileiros, constante da página da Internet dessa entidade. Quanto à imparcialidade, a maior proporção de notas "muito ruim" e "ruim" foi dada para o STF (31,7%) que, neste aspecto, encontra-se em posição muito distante de todas as demais instituições judiciais. Nesse item da pesquisa, o quesito relativo à independência do STF em relação ao Poder Executivo obteve a avaliação mais baixa (www.amb.com.br – Pesquisa AMB 2005).

A atual sistemática contribui para a "politização do Judiciário", eis que leva as discussões jurídicas para o campo político, em detrimento da técnica. Deparamo-nos, então, com a sociedade em situação de desconforto com a forma de atuação dos Ministros da Suprema Corte, indicados pelo Presidente da República, mormente nos processos que envolvem interesses políticos e econômicos do Executivo.

Nossa sugestão parte do princípio de que os Representantes do Povo e os dos Estados da Federação no Parlamento devem passar a se desincumbir da missão de escolher os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em votação por maioria absoluta das duas Casas do Congresso Nacional, em perfeita consonância com o postulado constitucional da soberania popular (art. 1º, parágrafo único da Constituição Federal).

Acreditando que a presente Proposta conferirá a tão desejada legitimidade democrática ao Supremo Tribunal Federal, contamos com o apoio dos nobres Pares do Congresso Nacional para o seu aperfeiçoamento e aprovação.

Sala das Sessões, em 1º de dezembro de 2005.

Deputado JOÃO CAMPOS

Proposição: PEC-484/2005

Autor: JOÃO CAMPOS E OUTROS

Data de Apresentação: 1/12/2005 14:46:00

Ementa: Altera a redação dos arts. 101 e 84, modificando a sistemática de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Total de Assinaturas:

Confirmadas:260 Não Conferem:16 Fora do Exercício:0 Repetidas:2 Ilegíveis:0 Retiradas:0

Assinaturas Confirmadas

1-ADELOR VIEIRA (PMDB-SC)
2-ADEMIR CAMILO (PDT-MG)
3-AFONSO HAMM (PP-RS)
4-ALBERTO GOLDMAN (PSDB-SP)
5-ALCEU COLLARES (PDT-RS)
6-ALDIR CABRAL (PFL-RJ)
30

7-ALEX CANZIANI (PTB-PR)

8-ALEXANDRE SANTOS (PMDB-RJ)

9-ALMERINDA DE CARVALHO (PMDB-RJ)

10-ALMIR MOURA (PFL-RJ)

11-AMAURI GASQUES (PL-SP)

12-ANA GUERRA (PT-MG)

13-ANDRÉ COSTA (PDT-RJ)

14-ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT-CE)

15-ANDRÉ ZACHAROW (PMDB-PR)

16-ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP)

17-ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP)

18-ANTONIO JOAQUIM (PSDB-MA)

19-ARACELY DE PAULA (PL-MG)

20-ARY KARA (PTB-SP)

21-ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA)

22-ASSIS MIGUEL DO COUTO (PT-PR)

23-ÁTILA LINS (PMDB-AM)

24-BERNARDO ARISTON (PMDB-RJ)

25-BETINHO ROSADO (PFL-RN)

26-BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB-MG)

27-BOSCO COSTA (PSDB-SE)

28-CABO JÚLIO (PMDB-MG)

29-CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB-GO)

30-CARLOS MELLES (PFL-MG)

31-CARLOS MOTA (PSB-MG)

32-CARLOS NADER (PL-RJ)

33-CARLOS SAMPAIO (PSDB-SP)

34-CARLOS WILLIAN (PMDB-MG)

35-CELCITA PINHEIRO (PFL-MT)

36-CELSO RUSSOMANNO (PP-SP)

37-CÉSAR BANDEIRA (PFL-MA)

38-CEZAR SCHIRMER (PMDB-RS)

39-CEZAR SILVESTRI (PPS-PR)

40-CHICO ALENCAR (PSOL-RJ)

41-CLÁUDIO MAGRÃO (PPS-SP)

42-CLEUBER CARNEIRO (PTB-MG)

43-COLBERT MARTINS (PPS-BA)

44-CORAUCI SOBRINHO (PFL-SP)

45-CORONEL ALVES (PL-AP)

46-COSTA FERREIRA (PSC-MA)

47-CUSTODIO MATTOS (PSDB-MG)

48-DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS)

49-DAVI ALCOLUMBRE (PFL-AP)

50-DELEY (PSC-RJ)

51-DEVANIR RIBEIRO (PT-SP)

52-DILCEU SPERAFICO (PP-PR)

53-DIMAS RAMALHO (PPS-SP)

54-DOMICIANO CABRAL (PSDB-PB)

```
55-DR. BENEDITO DIAS (PP-AP)
56-DR. FRANCISCO GONÇALVES (PPS-MG)
57-DURVAL ORLATO (PT-SP)
58-EDINHO BEZ (PMDB-SC)
59-EDINHO MONTEMOR (PSB-SP)
60-EDMAR MOREIRA (PFL-MG)
61-EDNA MACEDO (PTB-SP)
62-EDSON EZEQUIEL (PMDB-RJ)
63-EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG)
64-EDUARDO CAMPOS (PSB-PE)
65-EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ)
66-EDUARDO GOMES (-)
67-EDUARDO PAES (PSDB-RJ)
68-ELAINE COSTA (PTB-RJ)
69-ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO (PRONA-SP)
70-ELISEU PADILHA (PMDB-RS)
71-ENÉAS (PRONA-SP)
72-ENIO BACCI (PDT-RS)
73-EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE)
74-FÁBIO SOUTO (PFL-BA)
75-FERNANDO CORUJA (PPS-SC)
76-FERNANDO DE FABINHO (PFL-BA)
77-FERNANDO DINIZ (PMDB-MG)
78-FERNANDO ESTIMA (PPS-SP)
79-FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)
80-FERNANDO GONÇALVES (PTB-RJ)
81-FERNANDO LOPES (PMDB-RJ)
82-FEU ROSA (PP-ES)
83-FRANCISCO APPIO (PP-RS)
84-FRANCISCO TURRA (PP-RS)
85-GEDDEL VIEIRA LIMA (PMDB-BA)
86-GERALDO RESENDE (PPS-MS)
87-GERALDO THADEU (PPS-MG)
88-GERVÁSIO SILVA (PFL-SC)
89-GILBERTO NASCIMENTO (PMDB-SP)
90-GIVALDO CARIMBÃO (PSB-AL)
91-GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE)
92-GUSTAVO FRUET (PSDB-PR)
93-HÉLIO ESTEVES (PT-AP)
94-HENRIQUE AFONSO (PT-AC)
95-HENRIQUE FONTANA (PT-RS)
96-HUMBERTO MICHILES (PL-AM)
97-IBRAHIM ABI-ACKEL (PP-MG)
98-ILDEU ARAUJO (PP-SP)
99-INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE)
100-INALDO LEITÃO (PL-PB)
101-ISAÍAS SILVESTRE (PSB-MG)
102-ITAMAR SERPA (PSDB-RJ)
```

32

- 103-IVAN PAIXÃO (PPS-SE)
- 104-IVAN RANZOLIN (PFL-SC)
- 105-IVAN VALENTE (PSOL-SP)
- 106-IVO JOSÉ (PT-MG)
- 107-JAIR BOLSONARO (PP-RJ)
- 108-JAIR DE OLIVEIRA (PMDB-ES)
- 109-JAMIL MURAD (PCdoB-SP)
- 110-JOÃO ALMEIDA (PSDB-BA)
- 111-JOÃO BATISTA (PP-SP)
- 112-JOÃO CAMPOS (PSDB-GO)
- 113-JOÃO FONTES (PDT-SE)
- 114-JOÃO HERRMANN NETO (PDT-SP)
- 115-JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG)
- 116-JOAO MAGNO (PT-MG)
- 117-JOÃO MENDES DE JESUS (PSB-RJ)
- 118-JOÃO PAULO CUNHA (PT-SP)
- 119-JOÃO PAULO GOMES DA SILVA (PSB-MG)
- 120-JOÃO PIZZOLATTI (PP-SC)
- 121-JOAQUIM FRANCISCO (PFL-PE)
- 122-JORGE BITTAR (PT-RJ)
- 123-JORGE BOEIRA (PT-SC)
- 124-JOSÉ DIVINO (PMR-RJ)
- 125-JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)
- 126-JOSÉ MENDONÇA BEZERRA (PFL-PE)
- 127-JOSÉ MENTOR (PT-SP)
- 128-JOSÉ MILITÃO (PTB-MG)
- 129-JOSÉ MÚCIO MONTEIRO (PTB-PE)
- 130-JOSIAS QUINTAL (PSB-RJ)
- 131-JOSUE BENGTSON (PTB-PA)
- 132-JOVAIR ARANTES (PTB-GO)
- 133-JUIZA DENISE FROSSARD (PPS-RJ)
- 134-JULIO DELGADO (PSB-MG)
- 135-JULIO LOPES (PP-RJ)
- 136-JULIO REDECKER (PSDB-RS)
- 137-JULIO SEMEGHINI (PSDB-SP)
- 138-LEANDRO VILELA (PMDB-GO)
- 139-LEODEGAR TISCOSKI (PP-SC)
- 140-LEONARDO MATTOS (PV-MG) 141-LEONARDO MONTEIRO (PT-MG)
- 142-LEONARDO PICCIANI (PMDB-RJ)
- 143-LINO ROSSI (PP-MT)
- 144-LOBBE NETO (PSDB-SP)
- 145-LUCI CHOINACKI (PT-SC)
- 146-LUCIANA GENRO (PSOL-RS)
- 147-LUCIANO LEITOA (PSB-MA)
- 148-LUCIANO ZICA (PT-SP)
- 149-LUIZ BASSUMA (PT-BA)
- 150-LUIZ CARLOS HAULY (PSDB-PR)

```
151-LUIZ CARREIRA (PFL-BA)
152-LUIZ SÉRGIO (PT-RJ)
153-MANATO (PDT-ES)
154-MARCELINO FRAGA (PMDB-ES)
155-MARCELLO SIQUEIRA (PMDB-MG)
156-MARCELO BARBIERI (PMDB-SP)
157-MARCELO ORTIZ (PV-SP)
158-MÁRCIO FORTES (PSDB-RJ)
159-MARCOS ABRAMO (PP-SP)
160-MARCOS DE JESUS (PFL-PE)
161-MARCUS VICENTE (PTB-ES)
162-MARIA DO CARMO LARA (PT-MG)
163-MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS)
164-MARIA HELENA (PSB-RR)
165-MÁRIO ASSAD JÚNIOR (PSB-MG)
166-MARIO HERINGER (PDT-MG)
167-MAURÍCIO RABELO (PL-TO)
168-MAURO LOPES (PMDB-MG)
169-MAX ROSENMANN (PMDB-PR)
170-MEDEIROS (PL-SP)
171-MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB-RS)
172-MICHEL TEMER (PMDB-SP)
173-MILTON BARBOSA (PSC-BA)
174-MILTON CARDIAS (PTB-RS)
175-MILTON MONTI (PL-SP)
176-MOACIR MICHELETTO (PMDB-PR)
177-MOREIRA FRANCO (PMDB-RJ)
178-MORONI TORGAN (PFL-CE)
179-MURILO ZAUITH (PFL-MS)
180-NARCIO RODRIGUES (PSDB-MG)
181-NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP)
182-NELSON MEURER (PP-PR)
183-NEUCIMAR FRAGA (PL-ES)
184-NEUTON LIMA (PTB-SP)
185-NEYDE APARECIDA (PT-GO)
186-NILSON PINTO (PSDB-PA)
187-NILTON BAIANO (PP-ES)
188-ODAIR CUNHA (PT-MG)
189-OLIVEIRA FILHO (PL-PR)
190-ONYX LORENZONI (PFL-RS)
191-ORLANDO DESCONSI (PT-RS)
192-OSVALDO REIS (PMDB-TO)
193-PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO (PSB-PE)
194-PASTOR FRANKEMBERGEN (PTB-RR)
195-PASTOR PEDRO RIBEIRO (PMDB-CE)
196-PASTOR REINALDO (PTB-RS)
197-PAUDERNEY AVELINO (PFL-AM)
```

198-PAULO AFONSO (PMDB-SC)

- 199-PAULO BALTAZAR (PSB-RJ)
- 200-PAULO BAUER (PSDB-SC)
- 201-PAULO FEIJÓ (PSDB-RJ)
- 202-PAULO LIMA (PMDB-SP)
- 203-PAULO MAGALHÃES (PFL-BA)
- 204-PEDRO CANEDO (PP-GO)
- 205-PEDRO CHAVES (PMDB-GO)
- 206-PEDRO CORRÊA (PP-PE)
- 207-PEDRO FERNANDES (PTB-MA)
- 208-PEDRO IRUJO (PMDB-BA)
- 209-PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB-AC)
- 210-PHILEMON RODRIGUES (PTB-PB)
- 211-POMPEO DE MATTOS (PDT-RS)
- 212-PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA (PSDB-GO)
- 213-RAFAEL GUERRA (PSDB-MG)
- 214-REGINALDO LOPES (PT-MG)
- 215-REINALDO BETÃO (PL-RJ)
- 216-RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)
- 217-RICARDO BARROS (PP-PR)
- 218-RICARDO IZAR (PTB-SP)
- 219-ROBERTO BRANT (PFL-MG)
- 220-ROBERTO GOUVEIA (PT-SP)
- 221-ROBERTO MAGALHÃÈS (PFĹ-PE)
- 222-RODRIGO MAIA (PFL-RJ)
- 223-ROMEL ANIZIO (PP-MG)
- 224-RONALDO DIMAS (PSDB-TO)
- 225-ROSE DE FREITAS (PMDB-ES)
- 226-RUBENS OTONI (PT-GO)
- 227-SALVADOR ZIMBALDI (PSB-SP)
- 228-SANDRO MABEL (PL-GO)
- 229-SANDRO MATOS (PTB-RJ)
- 230-SELMA SCHONS (PT-PR)
- 231-SÉRGIO CAIADO (PP-GO)
- 232-SÉRGIO MIRANDA (PDT-MG)
- 233-SEVERIANO ALVES (PDT-BA)
- 234-SILVIO TORRES (PSDB-SP)
- 235-SIMÃO SESSIM (PP-RJ)
- 236-TAKAYAMA (PMDB-PR)
- 237-TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT-RS)
- 238-TELMA DE SOUZA (PT-SP)
- 239-VANDERLEI ASSIS (PP-SP)
- 240-VICENTE CASCIONE (PTB-SP)
- 241-VICENTINHO (PT-SP)
- 242-VIEIRA REIS (PMR-RJ)
- 243-VIGNATTI (PT-SC)
- 244-VILMAR ROCHA (PFL-GO)
- 245-VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT-MG)
- 246-VITORASSI (PT-PR)

247-WALDEMIR MOKA (PMDB-MS)

248-WALTER BARELLI (PSDB-SP)

249-WALTER PINHEIRO (PT-BA)

250-WANDERVAL SANTOS (PL-SP)

251-WASNY DE ROURE (PT-DF)

252-WILSON CIGNACHI (PMDB-RS)

253-WILSON SANTIAGO (PMDB-PB)

254-XICO GRAZIANO (PSDB-SP)

255-YEDA CRUSIUS (PSDB-RS)

256-ZÉ LIMA (PP-PA)

257-ZELINDA NOVAES (PFL-BA)

258-ZENALDO COUTINHO (PSDB-PA)

259-ZONTA (PP-SC)

260-ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)

Assinaturas que Não Conferem

1-ALEXANDRE MAIA (PMDB-MG)

2-CARLOS DUNGA (PTB-PB)

3-CHICO SARDELLI (PV-SP)

4-DELFIM NETTO (PMDB-SP)

5-DR. HELENO (PSC-RJ)

6-EDISON ANDRINO (PMDB-SC)

7-ELISEU RESENDE (PFL-MG)

8-FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ)

9-GASTÃO VIEIRA (PMDB-MA)

10-IRINY LOPES (PT-ES)

11-JEFFERSON CAMPOS (PTB-SP)

12-KELLY MORAES (PTB-RS)

13-MARIA LÚCIA CARDOSO (PMDB-MG)

14-REMI TRINTA (PL-MA)

15-ROBSON TUMA (PFL-SP)

16-TATICO (PTB-DF)

Assinaturas Repetidas

1-ALCEU COLLARES (PDT-RS)

2-PASTOR PEDRO RIBEIRO (PMDB-CE)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

Constituição DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

TÍTULO I Dos Princípios Fundamentais Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania:

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

TÍTULO IV Da Organização dos Poderes

Capítulo II DO PODER EXECUTIVO

Seção II Das Atribuições do Presidente da República

.....

Art, 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

I - nomear e exonerar os Ministros de Estado;

II - exercer, com o auxilio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal:

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

 IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

V - vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

VI - dispor, mediante decreto, sobre:

* Inciso VI, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.

a) organização e o funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

* Alínea a acrescida pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;

* Alínea b acrescida pela Emenda Constitucional nº 32, de 11/09/2001.

VII - manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

IX - decretar o estado de defesa e o estado de sítio;

X - decretar e executar a intervenção federal;

 XI - remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;

XII - conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

XIII - exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos;

* Inciso XIII com redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 02/09/1999.

XIV - nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do Banco Central e outros servidores, quando determinado em lei;

XV - nomear, observado o disposto no art. 73, os Ministros do Tribunal de Contas da União:

XVI - nomear os magistrados, nos casos previstos nesta Constituição, e o Advogado-Geral da União;

XVII - nomear membros do Conselho da República, nos termos do art.89, VII;

XVIII - convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;

XIX - declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;

XX - celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional:

XXI - conferir condecorações e distinções honorificas;

XXII - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

XXIII - enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição;

XXIV - prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

XXV - prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;

XXVI - editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do art.62;

XXVII - exercer outras atribuições previstas nesta Constituição.

Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

Seção III DA RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presid ente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I - a existência da União:

 II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;

III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais:

IV - a segurança interna do País;

V - a probidade na administração;

VI - a lei orcamentária;

VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

Capítulo III Do Poder Judiciário

Seção II DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

- Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:
 - I processar e julgar, originariamente:
- a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;
 - * Alínea a com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.
- b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;
- c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art.52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;
 - * Alínea c com redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 02/09/1999.
- d) o habeas corpus, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o habeas data contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;
- e) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território:
- f) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;
 - g) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;
 - h) (Revogada pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004).
- i) o habeas corpus, quando o coator for Tribunal Superior ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância;
 - * Alínea i com redação dada pela Emenda Constitucional nº 22, de 18/03/1999.
 - i) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados;
- I) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;
- m) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;
- n) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;
- o) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal;
 - p) o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade;
- q) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal;
- r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público;
 - * Alínea r acrescida pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.
 - II julgar, em recurso ordinário:
- a) o habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;
 - b) o crime político;
- III julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:
 - a) contrariar dispositivo desta Constituição;
 - b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;
 - c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição;
 - d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
 - * Alínea d acrescida pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.
- § 1º A argüição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.

- * § 1º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.
- § 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
 - * § 2º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.
- § 3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

* § 3° acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2004

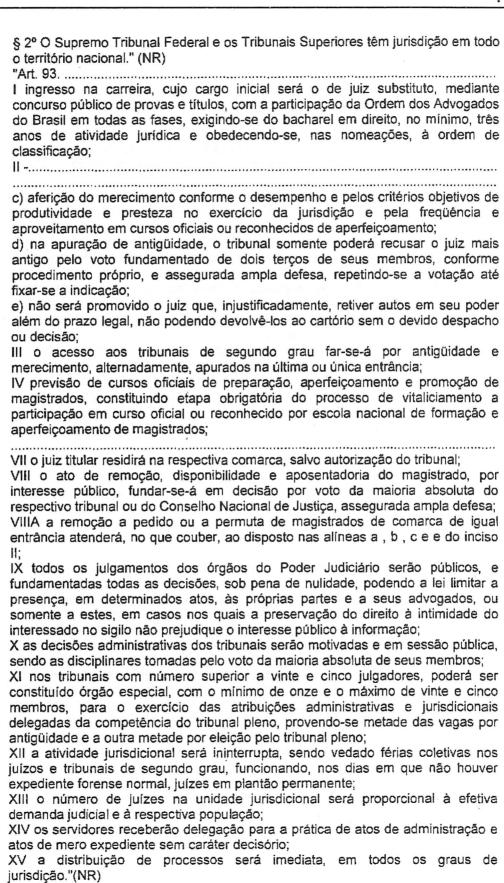
Altera dispositivos dos arts. 5°, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5°.....

LXXVIII a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. § 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão." (NR)
III de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal. IV (Revogado).
"Art. 52" (NR)
Il processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;
"Art. 92" (NR)
I-A o Conselho Nacional de Justiça;
§ 1º O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal.



"Art. 95.

Parágrafo único. Aos juízes é vedado:

físicas, V exer três an	eber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei; cer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos os do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração." (NR)
§ 2º. A: serviço	ntigo parágrafo único) s custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos s afetos às atividades específicas da Justiça." (NR)
orçame Poder I anual, e os limit § 4º Se em des	e os órgãos referidos no § 2º não encaminharem as respectivas propostas entárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com es estipulados na forma do § 1º deste artigo. e as propostas orçamentárias de que trata este artigo forem encaminhadas sacordo com os limites estipulados na forma do § 1º, o Poder Executivo erá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta
orçame § 5º Du de de estabel autoriza "Art. 10	entária anual. Irante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização spesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites ecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente adas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais." (NR)
	ogada) ções contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional stério Público;
	Sterio i ubilico,
d) julga	r válida lei local contestada em face de lei federal.
nas aç constitu relativa direta e	decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, cões diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de icionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, mente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
das que Tribuna manifes	recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral estões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o al examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela stação de dois terços de seus membros." (NR)
	tória de constitucionalidade:
	sa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; vernador de Estado ou do Distrito Federal;
"Art. 10- Parágra pelo Pr menos	evogado)." (NR) 4. afo único. Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados esidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo: 42

"Art. 105. "(NR)
i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias;
III
b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;
Parágrafo único. Funcionarão junto ao Superior Tribunal de Justiça: l a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira; Il o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante." (NR)
"Art. 107
comunitários. § 3º Os Tribunais Regionais Federais poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo." (NR) "Art. 109.
V-A as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5º deste artigo;
§ 5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal." (NR)
§ 1º (Revogado). § 2º (Revogado). § 3º (Revogado)." (NR) "Art. 112. A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não
abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do T rabalho." (NR) 'Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: I as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

IV os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data , quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;

III as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e

Il as ações que envolvam exercício do direito de greve;

trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;

V os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o ;

VI as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho:

VII as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;

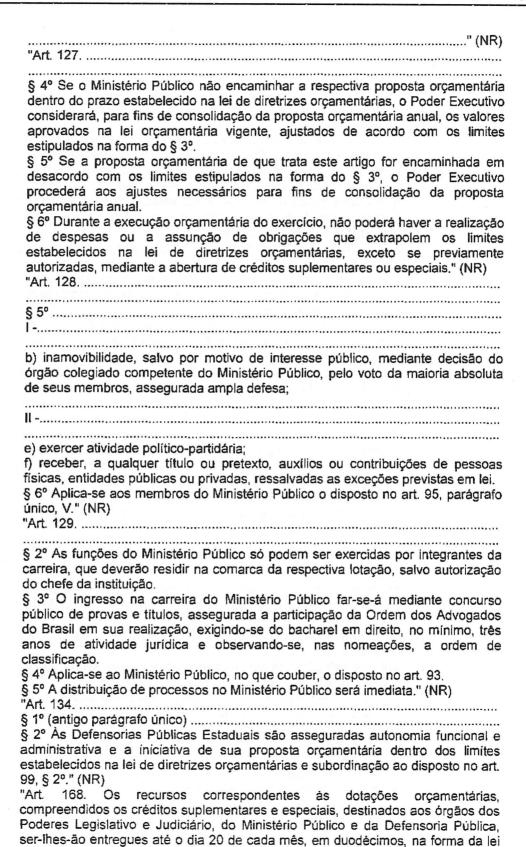
VIII a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a , e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;

IX outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.

- § 3º Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito." (NR)
- "Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo:
- I um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94;
- Il os demais, mediante promoção de juízes do trabalho por antigüidade e merecimento, alternadamente.
- § 1º Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.
- § 2º Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo." (NR)

"A	rt.	125.	

- § 3º A lei estadual poderá criar, mediante proposta do T ribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.
- § 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.
- § 5º Compete aos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao Conselho de Justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares.
- § 6º O Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.
- § 7º O Tribunal de Justiça instalará a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários." (NR) "Art. 126. Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, agm competência exclusiva para questões agrárias.



Art. 2º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 103-A, 103-B, 111-A e 130-A:

complementar a que se refere o art. 165, § 9°," (NR)

- "Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.
- § 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.
- § 2º Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.
- § 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso."
- "Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

I um Ministro do Supremo Tribunal Federal, indicado pelo respectivo tribunal;

II um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal;

III um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal; IV um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal

V um juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

Federal:

VI um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justica:

VII um juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

VIII um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho:

IX um juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;

X um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República;

XI um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual:

XII dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil:

XIII dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

- § 1º O Conselho será presidido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal, que votará em caso de empate, ficando excluído da distribuição de processos naquele tribunal.
- § 2º Os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- § 3º Não efetuadas, no prazo legal, as indicações previstas neste artigo, caberá a escolha ao Supremo Tribunal Federal.
- § 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

I zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

Il zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituílos, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

Ill receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;

V rever, de oficio ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano;

VI elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário;

VII elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

§ 5º O Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, as seguintes:

I receber as reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários;

Il exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e de correição geral;

III requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios.

§ 6º Junto ao Conselho oficiarão o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 7º A União, inclusive no Distrito Federal e nos Territórios, criará ouvidorias de justiça, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional de Justiça."

"Art. 111-A. O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo:

I um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94;

Il os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do T rabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior.

§ 1º A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho.

§ 2º Funcionarão junto ao Tribunal Superior do Trabalho:

l a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira;

II o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante 47

"Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

I o Procurador-Geral da República, que o preside;

Il quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras;

III três membros do Ministério Público dos Estados:

IV dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justica;

V dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil:

VI dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

§ 1º Os membros do Conselho oriundos do Ministério Público serão indicados pelos respectivos Ministérios Públicos, na forma da lei.

§ 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendolhe:

I zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

Il zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;

III receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano:

V elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no art. 84, XI.

§ 3º O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pela lei, as seguintes:

I receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares;

Il exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição geral;

III requisitar e designar membros do Ministério Público, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de órgãos do Ministério Público.

§ 4º O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiará junto ao Conselho.

§ 5º Leis da União e dos Estados criarão ouvidorias do Ministério Público, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público."

Art. 3º A lei criará o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, integrado pelas⁴⁹ multas decorrentes de condenações trabalhistas e administrativas oriundas da fiscalização do trabalho, além de outras receitas.

Art. 4º Ficam extintos os tribunais de Alcada, onde houver, passando os seus membros a integrar os Tribunais de Justica dos respectivos Estados, respeitadas a antigüidade e classe de origem.

Parágrafo único. No prazo de cento e oitenta dias, contado da promulgação desta Emenda, os Tribunais de Justiça, por ato administrativo, promoverão a integração dos membros dos tribunais extintos em seus quadros, fixando-lhes a competência e remetendo, em igual prazo, ao Poder Legislativo, proposta de alteração da organização e da divisão judiciária correspondentes. assegurados os direitos dos inativos e pensionistas e o aproveitamento dos servidores no Poder Judiciário estadual.

- Art. 5º O Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público serão instalados no prazo de cento e oitenta dias a contar da promulgação desta Emenda, devendo a indicação ou escolha de seus membros ser efetuada até trinta dias antes do termo final.
- § 1º Não efetuadas as indicações e escolha dos nomes para os Conselhos Nacional de Justica e do Ministério Público dentro do prazo fixado no caput deste artigo, caberá, respectivamente. ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União realizálas.
- § 2º Até que entre em vigor o Estatuto da Magistratura, o Conselho Nacional de Justiça, mediante resolução, disciplinará seu funcionamento e definirá as atribujções do Ministro-Corregedor.
- Art. 6º O Conselho Superior da Justiça do Trabalho será instalado no prazo de cento e oitenta dias, cabendo ao Tribunal Superior do Trabalho regulamentar seu funcionamento por resolução, enquanto não promulgada a lei a que se refere o art. 111-A, § 2º, II.
- Art. 7º O Congresso Nacional instalará, imediatamente após a promulgação desta Emenda Constitucional, comissão especial mista, destinada a elaborar, em cento e oitenta dias, os projetos de lei necessários à regulamentação da matéria nela tratada, bem como promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justica e mais célere a prestação jurisdicional.
- Art. 8º As atuais súmulas do Supremo Tribunal Federal somente produzirão efeito vinculante após sua confirmação por dois tercos de seus integrantes e publicação na imprensa oficial.
- Art. 9º São revogados o inciso IV do art. 36; a alínea h do inciso I do art. 102; o § 4º do art. 103; e os §§ 1º a 3º do art. 111.
 - Art. 10. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 8 de dezembro de 2004

Mesa da Câmara dos Deputados

Deputado João Paulo Cunha Presidente Deputado Inocêncio de Oliveira 1º Vice-Presidente Deputado Luiz Piauhylino 2º Vice-Presidente Deputado Geddel Vieira Lima 1º Secretário Deputado Severino Cavalcanti 2º Secretário Deputado Nilton Capixaba 3º Secretário Deputado Ciro Noqueira 4º Secretário

Mesa do Senado Federal

Senador José Sarney Presidente Senador Paulo Paim 1º Vice-Presidente

Senador Eduardo Siqueira Campos 2º Vice-Presidente Senador Romeu Tuma 1º Secretário Senador Alberto Silva 2º Secretário Senador Heráclito Fortes 3º Secretário Senador Sérgio Zambiasi 4º Secretário

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 342, DE 2009

(Dos Srs. Flávio Dino e outros)

Altera dispositivos constitucionais referentes à composição do Supremo Tribunal Federal.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PEC-473/2001.

APRECIAÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação do Plenário

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3° do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O artigo 101 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação e acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§1º. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão escolhidos:

 I – cinco pelo Presidente da República, devendo a escolha ser aprovada por três quintos dos membros do Senado Federal;

- II dois pela Câmara dos Deputados;
- III dois pelo Senado Federal;
- IV dois pelo Supremo Tribunal Federal;
- § 2º. No caso dos incisos II, III e IV serão considerados escolhidos os nomes que obtiverem três quintos dos votos dos respectivos membros, em escrutínios secretos, tantos quantos forem necessários.
- § 3º. As escolhas recairão obrigatoriamente em nomes constantes de listas tríplices que serão apresentadas:
- I pelo Superior Tribunal de Justiça
- II pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- III pelo Conselho Nacional de Justica:
- IV pelo Conselho Nacional do Ministério Público;
- V pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- VI pelos órgãos colegiados das Faculdades de Direito que mantenham programa de doutorado em funcionamento há pelo menos dez anos.
- § 4º. O mandato dos ministros do Supremo Tribunal Federal será de 11 anos, sendo vedada a recondução ou o exercício de novo mandato.
- § 5°. A aposentadoria dos ministros do Supremo Tribunal Federal ocorrerá nos termos do art. 40.
- § 6°. É vedado ao ministro do Supremo Tribunal Federal o exercício de cargos em comissão ou de mandatos eletivos em quaisquer dos Poderes e entes da federação até três anos após o término do mandato previsto no § 4°." (NR)
- Art. 2º As regras previstas no artigo anterior somente se aplicarão aos ministros do Supremo Tribunal Federal nomeados após a publicação desta Emenda Constitucional.

- Art. 3º As escolhas iniciais para os cargos que vagarem no Supremo Tribunal Federal a partir da publicação desta Emenda Constitucional obedecerão à seguinte ordem:
- I Primeira, quinta, nona, décima e décima primeira, pelo Presidente da República.
 - II Segunda e sexta, pela Câmara dos Deputados;
 - III Terceira e sétima, pelo Senado Federal;
 - IV Quarta e oitava, pelo Supremo Tribunal Federal;
 - Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal é, essencialmente, uma Corte Constitucional, sendo o órgão responsável pela interpretação definitiva de nossa Constituição Federal. Participa, como tal, da tomada de decisões acerca de assuntos da mais alta relevância para o Estado e para a sociedade. Assim o faz não só atuando como legislador negativo, realizando o controle de constitucionalidade das leis, mas também exercendo funções legiferantes positivas¹, por exemplo, por meio da elaboração de súmulas vinculantes e pelo salutar ativismo judicial diante de omissões legislativas declaradas inconstitucionais. É inegável, portanto, o fato de que sua atuação tem forte carga política e consequências de igual natureza. Chegase, com alguma razão, a se falar inclusive em um sistema legislativo tricameral, em que o STF, juntamente com as duas Casas do Congresso Nacional, desempenha papel ativo e central no processo de definição do conteúdo das leis.

Ora, se as principais funções exercidas por nossa Corte Constitucional são tão proeminentemente políticas, é necessário – em respeito à própria noção de República – que haja alternância entre aqueles que as exercem. Por isso, proponho o estabelecimento de um mandato limitado em 11 anos para os futuros ministros do Supremo Tribunal Federal, sendo vedada a recondução ao cargo². Com efeito, é importante que seus mandatos não sejam muito curtos (gerando instabilidade

² A idéia é reforçada por vários juristas de renome, inclusive por Cezar Britto, atual Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), conforme publicado no site d'O Estadão

em 6/1/2009 (http://render.estadao.com.br/nacjonal/not_nac303262,0.htm).

¹ Sobre o assunto, há interessante análise de Fernando Facury Scaff, no artigo "Novas Dimensões do Controle de Constitucionalidade no Brasil: Prevalência do Concentrado e Ocaso do Difuso", publicado em maio de 2007 na edição nº 50 da Revista Dialética de Direito Processual.

institucional) ou demasiadamente longos (frustrando a temporariedade) e, na medida do possível, que não coincidam com os dos outros dois Poderes.

Ressalte-se que conferir-se nova configuração à vitaliciedade dos ministros do STF não gera qualquer violação à independência do Poder Judiciário. É óbvio que não se deseja ameaçar a independência dos julgadores. De fato, a vitaliciedade sequer é necessária para que o Supremo Tribunal Federal se mantenha independente. A função da citada garantia é a de impedir que os magistrados sejam alvos de pressões com relação à manutenção de seus cargos, o que viria a influenciar suas decisões. Ocorre que, no caso dos ministros do STF, não há qualquer agente externo que se encontre em posição que lhes seja hierarquicamente superior e que, assim, seja capaz de contra eles exercer esse tipo de pressão. Ademais, tal pressão é afastada pela própria impossibilidade de recondução, que serve exatamente para reforçar "a idéia de independência e neutralidade política dos membros dos Tribunais Constitucionais, pois afasta-os da perigosa e traiçoeira expectativa de reeleição"³.

Seguindo a lição de Louis Favoreu⁴, a legitimidade política do Tribunal Constitucional depende de uma composição plural, com seus membros indicados não somente pelo Presidente da República, como ocorre no nosso sistema atual. É com esse intuito que a presente PEC busca alterar a forma de nomeação dos ministros do STF, permitindo ao próprio Tribunal e às Casas do Congresso Nacional que indiquem cidadãos para o cargo. Ainda, tal possibilidade imprimirá ao STF maior representatividade, pois permitirá que parlamentares eleitos diretamente pelo povo possam participar mais ativamente na escolha daqueles que dirão à sociedade qual o conteúdo da Constituição.

Nesse sentido, outra mudança que trará maior legitimidade à escolha dos ministros é a necessidade de fazê-la de acordo com listas tríplices elaboradas pelos Tribunais Superiores, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, Conselho Federal da Ordem dos Advogados e pelas Faculdades de Direito. Tal modificação ampliará a participação de outros segmentos da sociedade na indicação dos ministros que comporão o STF. De outra face, funcionará também como controle sobre a discricionariedade daqueles que

³ MORAES, Alexandre de. *Jurisdição Constitucional e tribunais constitucionais; garantia suprema da* constituição. 2ª ed. São Paulo : Atlas. p. 294

⁴ FAVOREU, Louis. La Légitimité de la Justice Constitutionnelle et la composition des Juridictions Constitutionnelles. In: Vários autores. Legitimidade e legitimação da justiça constitucional. Coimbra : Coimbra Editora, 1995. p. 236

realizarão a indicação, vez que terão uma limitação de possibilidades para a escolha.

Por fim, destacamos que haverá regra de transição adotada pelo artigo 3º desta emenda, a fim de evitar posterior insegurança jurídica.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta Proposta de Emenda Constitucional.

Sala das Sessões, em 25 de março de 2009.

Deputado Flávio Dino PCdoB/MA

Proposição: PEC 0342/09

Autor: FLÁVIO DINO E OUTROS

Data de Apresentação: 25/03/2009 4:42:51 PM

Ementa: Altera dispositivos constitucionais referentes à composição do Supremo Tribunal Federal.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Total de Assinaturas:

Confirmadas: 204 Não Conferem: 006 Fora do Exercício: 000 Repetidas: 004 Ilegíveis: 000 Retiradas: 000

Total: 214

Assinaturas Confirmadas

1-FÉLIX MENDONÇA (DEM-BA)

2-CLÓVIS FECURY (DEM-MA)

3-ROBERTO BRITTO (PP-BA)

4-PEDRO WILSON (PT-GO)

5-FERNANDO FERRO (PT-PE)

6-CHICO ALENCAR (PSOL-RJ)

7-ÁTILA LIRA (PSB-PI)

8-ARMANDO ABÍLIO (PTB-PB)

9-JACKSON BARRETO (PMDB-SE)

10-JÚLIO CESAR (DEM-PI)

11-ROGÉRIO MARINHO (PSB-RN)

12-REBECCA GARCIA (PP-AM)

13-ANSELMO DE JESUS (PT-RO)

14-LUCIANO PIZZATTO (DEM-PR)

15-CIRO PEDROSA (PV-MG)

16-CÂNDIDO VACCAREZZA (PT-SP) 17-LEANDRO SAMPAIO (PPS-RJ) 18-JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA (PV-MG) 19-ABELARDO CAMARINHA (PSB-SP) 20-GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA) 21-DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS) 22-ALEXANDRE SILVEIRA (PPS-MG) 23-EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) 24-LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS) 25-ARNALDO JARDIM (PPS-SP) 26-SILVIO TORRES (PSDB-SP) 27-CHICO LOPES (PCdoB-CE) 28-JORGINHO MALULY (DEM-SP) 29-MILTON MONTI (PR-SP) 30-DAGOBERTO (PDT-MS) 31-SÉRGIO BRITO (PDT-BA) 32-ANTONIO FEIJÃO (PSDB-AP) 33-LINCOLN PORTELA (PR-MG) 34-FERNANDO DINIZ (PMDB-MG) 35-LEONARDO VILELA (PSDB-GO) 36-JOÃO MATOS (PMDB-SC) 37-FRANCISCO PRACIANO (PT-AM) 38-EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ) 39-JOÃO CAMPOS (PSDB-GO) 40-BENEDITO DE LIRA (PP-AL) 41-LÍDICE DA MATA (PSB-BA) 42-FILIPE PEREIRA (PSC-RJ) 43-FRANCISCO TENORIO (PMN-AL) 44-JURANDIL JUAREZ (PMDB-AP) 45-DAMIÃO FELICIANO (PDT-PB) 46-EDIGAR MÃO BRANCA (PV-BA) 47-NILSON PINTO (PSDB-PA) 48-JORGE TADEU MUDALEN (DEM-SP) 49-VILSON COVATTI (PP-RS) 50-JOSE CARLOS ARAÚJO (PR-BA) 51-MARCIO FRANCA (PSB-SP) 52-VALADARES FILHO (PSB-SE) 53-PAULO HENRIQUE LUSTOSA (PMDB-CE) 54-CARLOS ZARATTINI (PT-SP) 55-JULIO DELGADO (PSB-MG) 56-ZÉ GERARDO (PMDB-CE) 57-ULDURICO PINTO (PMN-BA) 58-ASSIS DO COUTO (PT-PR) 59-MARCELO SERAFIM (PSB-AM) 60-FRANCISCO RODRIGUES (DEM-RR) 61-ANTÓNIO ANDRADE (PMDB-MG) 62-ADEMIR CAMILO (PDT-MG) 63-RENATO MOLLING (PP-RS) 64-AFONSO HAMM (PP-RS) 65-JERÖNIMO REIS (DEM-SE) 66-JAIR BOLSONARO (PP-RJ) 67-ANDREIA ZITO (PSDB-RJ) 68-MARCELO ORTIZ (PV-SP) 69-CIDA DIOGO (PT-RJ) 70-ELIENE LIMA (PP-MT) 71-MARCIO JUNQUEIRA (DEM-RR) 72-NELSON PROENÇA (PPS-RS)

73-GERALDO RESENDE (PMDB-MS)

```
74-MARCELO CASTRO (PMDB-PI)
75-ILDERLEI CORDEIRO (PPS-AC)
76-CIRO NOGUEIRA (PP-PI)
77-PEDRO NOVAIS (PMDB-MA)
78-JAIME MARTINS (PR-MG)
79-SIMÃO SESSIM (PP-RJ)
80-PASTOR PEDRO RIBEIRO (PMDB-CE)
81-MARCELO GUIMARÃES FILHO (PMDB-BA)
82-DECIO LIMA (PT-SC)
83-ZÉ GERALDO (PT-PA)
84-EUDES XAVIER (PT-CE)
85-CEZAR SILVESTRI (PPS-PR)
86-GUSTAVO FRUET (PSDB-PR)
87-ACÉLIO CASAGRANDE (PMDB-SC)
88-MANUELA D'ÁVILA (PCdoB-RS)
89-DR. UBIALI (PSB-SP)
90-PEDRO EUGÊNIO (PT-PE)
91-CARLOS EDUARDO CADOCA (PSC-PE)
92-FELIPE BORNIER (PHS-RJ)
93-SERGIO PETECÃO (PMN-AC)
94-VIRGILIO GUIMARÃES (PT-MG)
95-PAULO RENATO SOUZA (PSDB-SP)
96-JOSÉ OTÁVIO GERMANO (PP-RS)
97-JORGE KHOURY (DEM-BA)
98-VALTENIR PEREIRA (PSB-MT)
99-PAULO PIAU (PMDB-MG)
100-MARIO HERINGER (PDT-MG)
101-EDUARDO LOPES (PSB-RJ)
102-PEPE VARGAS (PT-RS)
103-DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA)
104-LUIZ SÉRGIO (PT-RJ)
105-EDUARDO DA FONTE (PP-PE)
106-LEANDRO VILELA (PMDB-GO)
107-RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF)
108-FERNANDO DE FABINHO (DEM-BA)
109-PAULO PIMENTA (PT-RS)
110-ATILA LINS (PMDB-AM)
111-ANTONIO CARLOS BIFFI (PT-MS)
112-JULIÃO AMIN (PDT-MA)
113-EDUARDO BARBOSA (PSDB-MG)
114-PASTOR MANOEL FERREIRA (PTB-RJ)
115-LUIZ ALBERTO (PT-BA)
116-GERALDO PUDIM (PMDB-RJ)
117-JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV-SP)
118-EDGAR MOURY (PMDB-PE)
119-BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE)
120-LEONARDO QUINTÃO (PMDB-MG)
121-DELEY (PSC-RJ)
122-JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE)
123-ZEQUINHA MARINHO (PMDB-PA)
124-RODRIGO DE CASTRO (PSDB-MG)
125-MARCOS ANTONIO (PRB-PE)
126-FLAVIO DINO (PCdoB-MA)
127-NILSON MOURÃO (PT-AC)
128-DR. TALMIR (PV-SP)
129-ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA)
130-FERNANDO CORUJA (PPS-SC)
131-LUCIANA GENRO (PSOL-RS)
```

- 132-ANDRÉ DE PAULA (DEM-PE)
- 133-EDIO LOPES (PMDB-RR)
- 134-OSMAR JÚNIOR (PCdoB-PI)
- 135-LUIZ COUTO (PT-PB)
- 136-CARLOS ABICALIL (PT-MT)
- 137-PAULO ABI-ACKEL (PSDB-MG)
- 138-DOMINGOS DUTRA (PT-MA)
- 139-SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT-AP)
- 140-MAURÍCIO RANDS (PT-PE)
- 141-EUGÊNIO RABELO (PP-CE)
- 142-DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP)
- 143-RUBENS OTONI (PT-GO)
- 144-RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB)
- 145-ANTONIO BULHÕES (PMDB-SP)
- 146-JEFFERSON CAMPOS (PTB-SP)
- 147-MÁRIO DE OLIVEIRA (PSC-MG)
- 148-EDUARDO SCIARRA (DEM-PR)
- 149-CHICO DA PRINCESA (PR-PR)
- 150-RATINHO JUNIOR (PSC-PR)
- 151-HOMERO PEREIRA (PR-MT)
- 152-JÖ MORAES (PCdoB-MG)
- 153-CLEBER VERDE (PRB-MA)
- 154-EDMILSON VALENTIM (PCdoB-RJ)
- 155-GLADSON CAMELI (PP-AC)
- 156-TATICO (PTB-GO)
- 157-CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB-GO)
- 158-NEILTON MULIM (PR-RJ)
- 159-GUILHERME CAMPOS (DEM-SP)
- 160-ZÉ VIEIRA (S. PART.-MA)
- 161-PAULO ROCHA (PT-PA)
- 162-VICENTINHO (PT-SP)
- 163-SEVERIANO ALVES (PDT-BA)
- 164-JOÃO CARLOS BACELAR (PR-BA)
- 165-MAJOR FÁBIO (DEM-PB)
- 166-NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP)
- 167-DEVANIR RIBEIRO (PT-SP)
- 168-COLBERT MARTINS (PMDB-BA)
- 169-LUIZ CARLOS BUSATO (PTB-RS)
- 170-RAUL HENRY (PMDB-PE)
- 171-ALEX CANZIANI (PTB-PR)
- 172-PAULO TEIXEIRA (PT-SP)
- 173-ZENALDO COUTINHO (PSDB-PA)
- 174-JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)
- 175-PEDRO CHAVES (PMDB-GO)
- 176-EDUARDO VALVERDE (PT-RO)
- 177-LEONARDO MONTEIRO (PT-MG)
- 178-AELTON FREITAS (PR-MG)
- 179-PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT-PE)
- 180-MAGELA (PT-DF)
- 181-MANATO (PDT-ES)
- 182-PINTO ITAMARATY (PSDB-MA)
- 183-WILSON BRAGA (PMDB-PB)
- 184-ANTONIO CRUZ (PP-MS)
- 185-LELO COIMBRA (PMDB-ES)
- 186-MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL)
- 187-RIBAMAR ALVES (PSB-MA)
- 188-LUIZ BITTENCOURT (PMDB-GO)
- 189-WLADIMIR COSTA (PMDB-PA)

190-CARLOS SANTANA (PT-RJ)
191-CELSO MALDANER (PMDB-SC)
192-ANÍBAL GOMES (PMDB-CE)
193-SOLANGE ALMEIDA (PMDB-RJ)
194-JOSÉ CHAVES (PTB-PE)
195-NEUDO CAMPOS (PP-RR)
196-WOLNEY QUEIROZ (PDT-PE)
197-OSVALDO REIS (PMDB-TO)
198-JOSÉ CARLOS VIEIRA (DEM-SC)
199-IRINY LOPES (PT-ES)
200-WILLIAM WOO (PSDB-SP)
201-PAULO ROBERTO (PTB-RS)
202-LUIZ BASSUMA (PT-BA)
203-DR. NECHAR (PV-SP)
204-JOAQUIM BELTRÃO (PMDB-AL)

Assinaturas que Não Conferem

1-EFRAIM FILHO (DEM-PB)
2-MÁRCIO MARINHO (PR-BA)
3-MENDES RIBEIRO FILHO (PMDB-RS)
4-BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB-MG)
5-WELLINGTON ROBERTO (PR-PB)
6-WILSON SANTIAGO (PMDB-PB)

Assinaturas Repetidas

1-ZEQUINHA MARINHO (PMDB-PA) 2-RATINHO JUNIOR (PSC-PR) 3-ANTÔNIO ANDRADE (PMDB-MG) 4-EDUARDO DA FONTE (PP-PE)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO Capítulo VII

.....

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Seção II Dos Servidores Públicos

* Seção II com redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 05/02/1998.

- Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.
- * Artigo, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.
- § 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:
- * § 1°, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.
- I por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei;:
 - * Inciso I com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.
- II compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;
 - * Alínea a acrescida pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.
- III voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:
 - * Alínea a acrescida pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.
- a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de Contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;
 - * Alínea a acrescida pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.
- b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
 - * Alinea b acrescida pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.
- § 2° Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.
 - * § 2° com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.
- § 3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei.
- * § 3° com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.
- § 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:
- * § 4°, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005.
 - I portadores de deficiência;
 - * Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005.
 - II que exerçam atividades de risco;
 - * Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005.

- III cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.
 - * Inciso III acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005.
- § 5º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, a, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.
 - * § 5° com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.
- § 6º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.
 - * \$ 6° com redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.
- § 7º Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual:
- * § 7°, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.
- I ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os beneficios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou
 - * Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.
- II ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os beneficios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.
 - * Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.
- § 8º É assegurado o reajustamento dos beneficios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.
 - * § 8º com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.
- § 9º O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.
 - * § 9° acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.
- § 10. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
 - *§ 10. acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.
- § 11. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.
 - *§ 11. acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.
- § 12. Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.
 - *§ 12. acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.

- § 13. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.
 - * § 13. acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.
- § 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.
 - * § 14. acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.
- § 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de beneficios somente na modalidade de contribuição definida.
 - * § 15 com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.
- § 16. Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.
 - *§ 16. acrescido pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.
- § 17. Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3º serão devidamente atualizados, na forma da lei.
 - * § 17 acrescido pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.
- § 18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os beneficios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.
 - * § 18 acrescido pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.
- § 19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1°, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1°, II.
 - * § 19 acrescido pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.
- § 20. Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no art. 142, § 3°, X.
 - * § 20 acrescido pela Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.
- § 21. A contribuição prevista no § 18 deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 desta Constituição, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante.
 - *§ 21 acrescido pela Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005.
- Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- * Artigo, caput, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998. 61

- § 1º O servidor público estável só perderá o cargo:
- * § 1° com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.
- I em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- * Inciso I acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998).
- II mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- * Inciso II acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.
- III mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
 - * Inciso III acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.
- § 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
 - * § 2° com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.
- § 3º Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
 - *§ 3° com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.
- § 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
 - * § 4° acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

Capítulo III

DO PODER JUDICIÁRIO

Seção II Do Supremo Tribunal Federal

Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

- Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:
 - I processar e julgar, originariamente:
- a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;
 - * Alínea a com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.

- b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;
- c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente;
 - * Alínea c com redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 02/09/1999.
- d) o habeas corpus, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o habeas data contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;
- e) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;
- f) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;
 - g) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;
 - h) (Revogada pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004).
- i) o habeas corpus, quando o coator for Tribunal Superior ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância;
 - * Alínea i com redação dada pela Emenda Constitucional nº 22, de 18/03/1999.
 - i) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados;
- l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;
- m) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;
- n) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;
- o) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal;
 - p) o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade;
- q) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, das Mesas de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal;
- r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público;
 - * Alínea r acrescida pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.
 - II julgar, em recurso ordinário:
- a) o habeas corpus, o mandado de segurança, o habeas data e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;
 - b) o crime político;
- III julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:
 - a) contrariar dispositivo desta Constituição;
 - b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

- c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição;
- d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- * Alínea d acrescida pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.
- § 1º A arguição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei.
 - * § 1° com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 17/03/1993.
- § 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
 - * § 2° com redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.
- § 3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.
 - * § 3° acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 08/12/2004.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 393, DE 2009

(Do Sr. Julião Amin e outros)

Dá nova redação ao art. 101 da Constituição Federal.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PEC-473/2001.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art 1º O parágrafo único do artigo 101 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art 101 O Supremo Tribunal Federal compõe-se, de onze ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico, reputação ilibada e que não tenha sido eleito para mandato político-partidário nos últimos 5 anos.

- § 1ª Os ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República após escolha realizada pelo Conselho Eleitoral, que compor-se-á:
- I cinco ministros mais antigos do Supremo Tribunal Federal;
- II cinco ministros mais antigos do Superior Tribunal de Justiça;
- III cinco ministros mais antigos do Tribunal Superior do Trabalho:
- IV o mais antigo Desembargador de cada Tribunal de Justiça e um Juiz de Direito de cada Estado e DF, indicado pela Associação dos Magistrados;
- V cinco Juízes Federais mais antigos de cada Tribunal Regional
 Federal e seis Juízes Federais de cada região;
- VI o juiz mais antigo de cada Tribunal Regional do Trabalho de cada região;
- VII vinte e um membros do Ministério Público da União, indicados pelos Subprocuradores da República;
- VIII um membro do Ministério Público Estadual de cada Estado e do DF, indicado pela associação da entidade;
- IX um advogado representando a seccional de cada Estado eleito pela maioria dos conselheiros da Ordem dos Advogados do Brasil em cada Estado da Federação;
- X vinte e quatro cidadãos de notável saber jurídico indicados 12 pela Câmara dos Deputados e 12 pelo Senado Federal;
- XI doze cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada indicados pelo Presidente da República;
- XII um cidadão de notável saber jurídico e reputação ilibada indicado pelas Assembléias Estaduais de cada Estado e do DF;
- XIII um cidadão de notável saber jurídico indicado por cada Governador de Estado e do DF;
- § 2º O Conselho Eleitoral será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal. Na ausência ou impedimento deste o Conselho será presidido pelo Ministro mais antigo do mesmo Tribunal.

65

- § 3º Os candidatos que preencham os requisitos do *caput* deste artigo deverão se habilitar as vagas, perante a Presidência do Conselho, mediante o envio dos respectivos currículos. A presidência deverá encaminhá-los a todos os conselheiros.
- § 4º Os conselheiros terão mandato de 5 (cinco) anos. Os ministros terão mandato de 8 (oito) anos. Para ambos será vedada a recondução.
- § 5º Cada conselheiro terá direito a 3 (três) votos no primeiro escrutínio, e apenas 1 (um) voto no segundo escrutínio. Serão escolhidos os 3 (três) mais votados na primeira fase. Na Segunda fase, dentre os 3 (três), será escolhido àquele que tiver a maioria simples.
- § 6º Findo o mandato, os Ministros do Supremo Tribunal Federal poderão, quando for o caso, optar pelo retorno as atividades públicas anteriormente ou pela aposentadoria, neste caso ficando vedado exercer:
- I A advocacia no Supremo Tribunal Federal pelo prazo de 4 (quatro) anos;
- II Atividade político-partidária e cargos vinculados aos poderes Executivo e Legislativo pelo prazo de 8 anos.
- Art. 2º As normas contidas no artigo anterior terão efeitos somente para as vagas abertas após a publicação desta emenda constitucional.
- Art. 3º Não sendo cargo de natureza permanente não gerará ao conselho eleitoral qualquer remuneração.

Parágrafo único. As despesas decorrentes de viagens e hospedagem serão ajustadas, na forma da lei.

Art. 4º Somente se reunirá o Conselho Eleitoral quando houver vago o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. A votação para a escolha do Ministro do Supremo Tribunal Federal ocorrerá em no máximo 2 (dois) dias.

Art. 5º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A atual forma de indicação para vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal vem sendo adotada por todas as constituições federais brasileiras anteriores, qual seja, a livre escolha pelo chefe do executivo. Todavia, esse modelo já não se subsume ao nosso atual contexto social, político e jurídico. Como diz o ilustre constitucionalista José Afonso da Silva, esse modelo é visto "com censuras que tem recrudescido ultimamente, por se entender que este sistema dá ao presidente uma predominância que não favorece a democracia".

A experiência recente expõe as vicissitudes do atual modelo. O nosso atual Presidente da República já nomeou, até este momento, sete dos onze ministros da atual composição do STF, tendo a possibilidade de até ao final de seu mandato nomear mais dois ministros. Tais fatos põe em xeque a imparcialidade e a credibilidade dos juízes daquela Corte, visto que estes vão estar sempre vinculados a figura do chefe do executivo. Mesmo reconhecendo um grande vínculo entre o Poder Executivo e Judiciário o eminente jurista Hans Kelsen já afirmava que "Os juízes, por exemplo, são, em geral independentes, isto é, estão sujeitos apenas as leis e não as ordens de órgão judiciários ou administrativos superiores".

Segundo leciona o doutor Manoel Gonçalves Ferreira Filho " Politicamente falando, para a salvaguarda da liberdade individual, a aplicação da lei em casos concretos deve ser sempre confiada em última análise a órgãos independentes e imparciais, não subordinados ao governo, mas somente ao direito impessoal".

O projeto de emenda constitucional ora proposto, visa também evitar que a Corte Suprema do nosso país sofra com os fenômenos da partidarização e politização, que por sua vez são completamente incompatíveis com a figura isenta, impessoal, proba e independente que um magistrado deve possuir. Para isso sugere-se que se desconcentre o poder do chefe do Poder Executivo e o transfira ao conselho eleitoral do supremo tribunal federal que seria composto por conselheiros munidos de carga jurídica suficiente para distinguir o melhor ministro a ser indicado.

Ademais, um conselho dessa magnitude, tão diversificado, inclusive representando os três poderes da República, dificultaria movimentações e conchavos políticos em prol de um candidato a ministro. Este estaria sujeito apenas ao seu passado e seu currículo ligado as ciências jurídicas, eis que haveria menos suscetibilidade de influência por parte do mesmo, em relação aos conselheiros, porquanto estes estarão dispersos por todas as regiões do Brasil e pelos mais variados segmentos da esfera pública. Como já previa o ilustre constitucionalista português Marcelo Caetano "as leis devem conter providencias necessárias para garantir aos juízes que sejam libertos, de direito e de fato, de indesejáveis pressões ou influências exteriores".

A composição deste conselho se aproxima em certas proporções ao Conselho Nacional de Justiça, representando bem diversos segmentos da sociedade. Porém, este com função despolitizadora na indicação de membros da corte constitucional aquele com função administrativa.

Ante o exposto, solicitamos a colaboração e apoio dos nobres pares para que seja aprovada a proposta ora apresentada.

Sala das Sessões, em 16 de julho de 2009.

Julião Amin Deputado Federal

Proposição: PEC 0393/09

Autor: JULIÃO AMIN E OUTROS

Data de Apresentação: 16/07/2009 2:11:00 PM

Ementa: Dá nova redação ao art. 101 da Constituição Federal.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Total de Assinaturas:

Confirmadas: 186 Não Conferem: 010 Fora do Exercício: 000

Repetidas: 011 Ilegiveis: 000 Retiradas: 000

Total: 207

Assinaturas Confirmadas

1-ROBERTO SANTIAGO (PV-SP)

2-CARLOS WILLIAN (PTC-MG)

3-RICARDO BARROS (PP-PR)

4-GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE)

5-LUIZ BASSUMA (PT-BA)

6-JACKSON BARRETO (PMDB-SE)

7-ZÉ GERARDO (PMDB-CE)

8-OSVALDO REIS (PMDB-TO)

9-JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA (PV-MG)

10-CHICO ALENCAR (PSOL-RJ)

11-ANTÔNIO CARLOS BIFFI (PT-MS)

12-BERNARDO ARISTON (PMDB-RJ)

13-ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA)

14-VALADARES FILHO (PSB-SE)

15-FERNANDO FERRO (PT-PE)

16-PASTOR PEDRO RIBEIRO (PMDB-CE)

17-CARLOS ALBERTO CANUTO (PMDB-AL)

18-LUCIANA GENRO (PSOL-RS)

- 19-EDMILSON VALENTIM (PCdoB-RJ)
- 20-ATILA LIRA (PSB-PI)
- 21-JÔ MORAES (PCdoB-MG)
- 22-MÁRIO HERINGER (PDT-MG)
- 23-LUIZ SÉRGIO (PT-RJ)
- 24-VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP)
- 25-MOISES AVELINO (PMDB-TO)
- 26-SARAIVA FELIPE (PMDB-MG)
- 27-JEFFERSON CAMPOS (PTB-SP)
- 28-GLADSON CAMELI (PP-AC)
- 29-EFRAIM FILHO (DEM-PB)
- 30-CELSO RUSSOMANNO (PP-SP)
- 31-ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP)
- 32-SILVIO TORRES (PSDB-SP)
- 33-DR. NECHAR (PV-SP)
- 34-MARCIO JUNQUEIRA (DEM-RR)
- 35-FRANCISCO ROSSI (PMDB-SP)
- 36-BRUNO ARAÚJO (PSDB-PE)
- 37-ARNALDO VIANNA (PDT-RJ)
- 38-OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR)
- 39-FERNANDO DE FABINHO (DEM-BA)
- 40-TADEU FILIPPELLI (PMDB-DF)
- 41-ANTONIO BULHÕES (PMDB-SP)
- 42-SOLANGE ALMEIDA (PMDB-RJ)
- 43-PAULO HENRIQUE LUSTOSA (PMDB-CE)
- 44-JOÃO DADO (PDT-SP)
- 45-RAUL HENRY (PMDB-PE)
- 46-PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP)
- 47-MAURO LOPES (PMDB-MG)
- 48-GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA)
- 49-BRIZOLA NETO (PDT-RJ)
- 50-PAULO PIAU (PMDB-MG)
- 51-COLBERT MARTINS (PMDB-BA)
- 52-FRANCISCO RODRIGUES (DEM-RR)
- 53-JURANDIL JUAREZ (PMDB-AP)
- 54-PINTO ITAMARATY (PSDB-MA)
- 55-CIRO PEDROSA (PV-MG)
- 56-CHICO DA PRINCESA (PR-PR)
- 57-GORETE PEREIRA (PR-CE)
- 58-DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA)
- 59-LEONARDO QUINTÃO (PMDB-MG)
- 60-EDGAR MOURY (PMDB-PE)
- 61-RÔMULO GOUVEIA (PSDB-PB)
- 62-ADEMIR CAMILO (PDT-MG)
- 63-MAJOR FABIO (DEM-PB)
- 64-ANTÔNIO ANDRADE (PMDB-MG)
- 65-SIMÃO SESSIM (PP-RJ)
- 66-LUIZ CARLOS BUSATO (PTB-RS)

```
67-PAES LANDIM (PTB-PI)
68-JÚLIO CESAR (DEM-PI)
69-PAULO ROCHA (PT-PA)
70-JOÃO CAMPOS (PSDB-GO)
71-EDINHO BEZ (PMDB-SC)
72-NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP)
73-EUNICIO OLIVEIRA (PMDB-CE)
74-JOSÉ CHAVES (PTB-PE)
75-PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB-RS)
76-RATINHO JUNIOR (PSC-PR)
77-JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PR-MG)
78-NILSON MOURÃO (PT-AC)
79-OSMAR JÚNIOR (PCdoB-PI)
80-EDIGAR MÃO BRANCA (PV-BA)
81-EMILIANO JOSÉ (PT-BA)
82-MARCELO SERAFIM (PSB-AM)
83-WASHINGTON LUIZ (PT-MA)
84-IRINY LOPES (PT-ES)
85-PEDRO NOVAIS (PMDB-MA)
86-ARIOSTO HOLANDA (PSB-CE)
87-RUBENS OTONI (PT-GO)
88-GERALDO SIMÕES (PT-BA)
89-JUTAHY JUNIOR (PSDB-BA)
90-MAURÍCIO QUINTELLA LESSA (PR-AL)
91-CAPITÃO ASSUMÇÃO (PSB-ES)
92-EDUARDO SCIARRA (DEM-PR)
93-PEDRO WILSON (PT-GO)
94-JOÃO PAULO CUNHA (PT-SP)
95-EDMAR MOREIRA (DEM-MG)
96-WILSON BRAGA (PMDB-PB)
97-DEVANIR RIBEIRO (PT-SP)
98-RIBAMAR ALVES (PSB-MA)
99-PEPE VARGAS (PT-RS)
100-EDIO LOPES (PMDB-RR)
101-NELSON TRAD (PMDB-MS)
102-MAGELA (PT-DF)
103-ANSELMO DE JESUS (PT-RO)
104-CARLOS SANTANA (PT-RJ)
105-SABINO CASTELO BRANCO (PTB-AM)
106-JOSÉ PAULO TOFFANO (PV-SP)
107-JAIR BOLSONARO (PP-RJ)
108-VICENTINHO ALVES (PR-TO)
109-PEDRO CHAVES (PMDB-GO)
110-JOÃO MAGALHÃES (PMDB-MG)
111-SILAS BRASILEIRO (PMDB-MG)
112-ENIO BACCI (PDT-RS)
113-EUDES XAVIER (PT-CE)
```

114-ANTONIO FEIJÃO (PSDB-AP)

- 115-LÚCIO VALE (PR-PA)
- 116-EDSON DUARTE (PV-BA)
- 117-PEDRO EUGÊNIO (PT-PE)
- 118-DOMINGOS DUTRA (PT-MA)
- 119-POMPEO DE MATTOS (PDT-RS)
- 120-DAMIÃO FELICIANO (PDT-PB)
- 121-SEVERIANO ALVES (PDT-BA)
- 122-MARCONDES GADELHA (PSB-PB)
- 123-JOSÉ OTÁVIO GERMANO (PP-RS)
- 124-GERALDO PUDIM (PMDB-RJ)
- 125-ZÉ GERALDO (PT-PA)
- 126-SÉRGIO MORAES (PTB-RS)
- 127-EDUARDO LOPES (PSB-RJ)
- 128-RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF)
- 129-TATICO (PTB-GO)
- 130-SÉRGIO BRITO (PDT-BA)
- 131-EDUARDO VALVERDE (PT-RO)
- 132-MARCIO FRANÇA (PSB-SP)
- 133-FERNANDO NASCIMENTO (PT-PE)
- 134-JERÔNIMO REIS (DEM-SE)
- 135-ALEXANDRE SILVEIRA (PPS-MG)
- 136-ZEQUINHA MARINHO (PMDB-PA)
- 137-ULDURICO PINTO (PMN-BA)
- 138-SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT-AP)
- 139-REBECCA GARCIA (PP-AM)
- 140-MIGUEL CORRÊA (PT-MG)
- 141-VIGNATTI (PT-SC)
- 142-MARCOS MEDRADO (PDT-BA)
- 143-ASSIS DO COUTO (PT-PR)
- 144-ELIENE LIMA (PP-MT)
- 145-PAULO ROBERTO PEREIRA (PTB-RS)
- 146-DR. UBIALI (PSB-SP)
- 147-MAURO NAZIF (PSB-RO)
- 148-ANDRÉ DE PAULA (DEM-PE)
- 149-LEANDRO SAMPAIO (PPS-RJ)
- 150-RODRIGO DE CASTRO (PSDB-MG)
- 151-LÍDICE DA MATA (PSB-BA)
- 152-ZENALDO COUTINHO (PSDB-PA)
- 153-CHICO LOPES (PCdoB-CE)
- 154-FERNANDO MARRONI (PT-RS)
- 155-SANDRO MABEL (PR-GO)
- 156-EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ)
- 157-ARNALDO JARDIM (PPS-SP)
- 158-PEDRO FERNANDES (PTB-MA)
- 159-FÉLIX MENDONÇA (DEM-BA)
- 160-ARMANDO ABÍLIO (PTB-PB)
- 161-LUIZ COUTO (PT-PB)
- 162-MOACIR MICHELETTO (PMDB-PR)

163-ALFREDO KAEFER (PSDB-PR)

164-CELSO MALDANER (PMDB-SC)

165-MÁRCIO MARINHO (PR-BA)

166-ACÉLIO CASAGRANDE (PMDB-SC)

167-ALBÉRICO FILHO (PMDB-MA)

168-SILAS CÂMARA (PSC-AM)

169-LAERTE BESSA (PMDB-DF)

170-ALEX CANZIANI (PTB-PR)

171-EVANDRO MILHOMEN (PCdoB-AP)

172-JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

173-PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT-PE)

174-TAKAYAMA (PSC-PR)

175-JÚLIO DELGADO (PSB-MG)

176-PAES DE LIRA (PTC-SP)

177-ALDO REBELO (PCdoB-SP)

178-VITOR PENIDO (DEM-MG)

179-NELSON MEURER (PP-PR)

180-WOLNEY QUEIROZ (PDT-PE)

181-ILDERLEI CORDEIRO (PPS-AC)

182-EDUARDO DA FONTE (PP-PE)

183-JOAQUIM BELTRÃO (PMDB-AL)

184-JULIÃO AMIN (PDT-MA)

185-NEILTON MULIM (PR-RJ)

186-FLÁVIO DINO (PCdoB-MA)

Assinaturas que Não Conferem

1-DELEY (PSC-RJ)

2-WILSON SANTIAGO (PMDB-PB)

3-EUGÊNIO RABELO (PP-CE)

4-ABELARDO CAMARINHA (PSB-SP)

5-MANATO (PDT-ES)

6-VITAL DO RÊGO FILHO (PMDB-PB)

7-CLEBER VERDE (PRB-MA)

8-DR. PAULO CÉSAR (PR-RJ)

9-FERNANDO CHIARELLI (PDT-SP)

10-BONIFÁCIO DE ANDRADA (PSDB-MG)

Assinaturas Repetidas

1-ZÉ GERALDO (PT-PA)

2-WILSON BRAGA (PMDB-PB)

3-VIGNATTI (PT-SC)

4-ARMANDO ABÍLIO (PTB-PB)

5-ZÉ GERALDO (PT-PA)

6-ANTONIO FEIJÃO (PSDB-AP)

7-LUIZ CARLOS BUSATO (PTB-RS)

8-NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP) 9-EDUARDO VALVERDE (PT-RO)

10-EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ)

11-DR. NECHAR (PV-SP)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES CAPÍTULO III DO PODER JUDICIÁRIO

Seção II Do Supremo Tribunal Federal

Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

- Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:
 - I processar e julgar, originariamente:
- a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal; (Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)
- b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;
- c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente; (Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999)
- d) o *habeas corpus*, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o *habeas data* contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;

- e) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;
- f) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;
 - g) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;
 - h) (Revogada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)
- i) o habeas corpus, quando o coator for Tribunal Superior ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância; (Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 22, de 1999)
 - j) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados;
- l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;
- m) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;
- n) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;
- o) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal;
 - p) o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade;
- q) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Mesa de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal;
- r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público. (Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)
 - II julgar, em recurso ordinário:
- a) o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;
 - b) o crime político;
- III julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:
 - a) contrariar dispositivo desta Constituição;
 - b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;
 - c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.
- d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal. (Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)
 - § 1º A argüição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei. (Parágrafo único transformado em § 1º pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993 e com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004))

§ 3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 434, DE 2009

(Do Sr. Vieira da Cunha e outros)

Dá nova redação ao art. 101, da Constituição Federal, para alterar a forma e requisitos pessoais de investidura no Supremo Tribunal Federal.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PEC-473/2001.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 101 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de quarenta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, Bacharel em Direito, de notável saber jurídico e reputação ilibada, com, no mínimo, vinte anos de atividade jurídica.

- § 1º Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão indicados em lista sêxtupla, elaborada pelo próprio Tribunal, e nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha por três quintos do Senado Federal.
- § 2º Na elaboração da lista sêxtupla, um terço dos nomes indicados, no mínimo, serão oriundos da Magistratura de carreira.
- § 3º Não poderá integrar a lista sêxtupla antes de três anos, quem exerceu cargo eletivo, após o término do mandato, Ministro de Estado, Procurador-Geral da República, Defensor Público-Geral da União, Advogado-Geral da União e seus correspondentes nos Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como quem exerceu cargo de confiança no Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, nas três esferas da Federação, no período acima referido.
- § 4º Aos Ministros do Supremo Tribunal Federal aplica-se o mesmo impedimento temporal de três anos, a partir do afastamento do cargo, para o desempenho de função pública de livre nomeação e para o exercício da advocacia.
 - Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Após profundos debates no âmbito da magistratura nacional e com segmentos da sociedade organizada sobre a atual situação do Judiciário brasileiro, sua democratização, transparência, e principalmente a relação entre os Poderes, tomamos a iniciativa da presente Proposta de Emenda à Constituição, visando a alterar a forma e critérios de indicação dos candidatos para a composição do Supremo Tribunal Federal. O principal objetivo da proposta é diminuir o componente político da escolha e incluir a participação do Judiciário no processo.

Lamentavelmente, a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que promoveu a primeira etapa da Reforma do Judiciário, não logrou aperfeiçoar a sistemática de escolha dos Ministros do Pretório Excelso.

A sociedade brasileira, incluídos os setores comprometidos com a prestação jurisdicional pátria, vem se manifestando no sentido de que o vigente modelo de investidura dos Ministros do STF não se coaduna com a imparcialidade que se espera dos membros da mais alta Corte do País.

Assim, propõe-se que o próprio Supremo Tribunal Federal elabore lista sêxtupla, exigindo-se que seja Bacharel em Direito, de notável saber jurídico e reputação ilibada, com, no mínimo, vinte anos de atividade jurídica e idade mínima de quarenta e cinco e máxima de sessenta e cinco anos. A lista será submetida ao crivo do Presidente da República, para indicação do nome do escolhido ao Senado Federal, que será aprovado por três quintos dos senadores e não mais pela maioria absoluta.

Esta alteração no *quorum* para escolha do candidato faz-se necessária para estabelecer consonância com a própria Constituição Federal, cujo *quorum* de três quintos é exigido para sua alteração. Não é concebível, para indicação de Ministro ao STF, que julgará se as leis são constitucionais ou não, quorum menor.

A proposta prevê também que a lista sêxtupla elaborada pelo STF tenha, no mínimo, um terço dos nomes indicados oriundos da Magistratura de carreira, visando a valorizar os membros do Poder Judiciário, hoje cerca de 20.000 no país, que, pela sua experiência na atividade de julgar, por certo contribuirão para a qualificação da Suprema Corte.

Outra alteração que se pretende com esta Emenda, para amenizar o componente político na indicação dos membros do STF, é a fixação de um interregno (quarentena) de três anos para a nomeação de Ministro para aquele Tribunal, de quem tenha exercido funções públicas, tais como Deputado Federal, Senador da República, Governador, Ministro de Estado, Procurador-Geral da República, Advogado-Geral da União e Defensor Público-Geral da União, e de seus correlatos nos Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como aqueles que tenham exercido cargo de confiança nos três Poderes e nas três esferas da Federação. Além disso, a proposta torna impedido para o desempenho de função pública de livre nomeação e para o exercício da Advocacia, por igual prazo, o Ministro afastado da função judicante.

Cabe mencionar pesquisa promovida com juízes pela Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, em 2005, onde constatou-se que, quanto à imparcialidade, a maior proporção de conceitos "muito ruim" e "ruim" foi dada para o STF (31,7%) que, neste aspecto, encontra-se em posição muito distante de todas as demais instituições judiciais. Nesse item da pesquisa, o quesito relativo à independência do STF em relação ao Poder Executivo obteve a avaliação mais baixa.

Por todo o exposto, e na firme convicção de que a Proposta que apresentam colabora com o aperfeiçoamento do Estado Democrático de Direito, os Parlamentares proponentes confiam em sua aprovação.

Sala das Sessões, 04 de novembro de 2009.

VIEIRA DA CUNHA
Deputado Federal - PDT/RS

Proposição: PEC 0434/09

Autor da Proposição: VIEIRA DA CUNHA E OUTROS

Data de Apresentação: 12/11/2009

Ementa: Dá nova redação ao art. 101, da Constituição Federal, para alterar a forma

e requisitos pessoais de investidura no Supremo Tribunal Federal.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas 228 Não Conferem 006 Fora do Exercício 000 Repetidas 006 Ilegíveis 000 Retiradas 000 Total 240

Assinaturas Confirmadas

ACÉLIO CASAGRANDE PMDB SC

ADEMIR CAMILO PDT MG

AFONSO HAMM PP RS

ALCENI GUERRA DEM PR

ALEX CANZIANI PTB PR

ALFREDO KAEFER PSDB PR

ANDRÉ DE PAULA DEM PE

ANDRE VARGAS PT PR

ANÍBAL GOMES PMDB CE

ANSELMO DE JESUS PT RO

ANTÔNIO ANDRADE PMDB MG

ANTONIO BULHÕES PRB SP

ANTÔNIO CARLOS BIFFI PT MS

ANTONIO CARLOS BISCAIA PT RJ

ANTONIO CARLOS MENDES THAME PSDB SP

ANTONIO CARLOS PANNUNZIO PSDB SP

ANTONIO CRUZ PP MS

ANTONIO FEIJÃO PTC AP

ARMANDO ABÍLIO PTB PB

ARNON BEZERRA PTB CE

ASSIS DO COUTO PT PR

ÁTILA LIRA PSB PI

BETO ALBUQUERQUE PSB RS

BONIFÁCIO DE ANDRADA PSDB MG

BRIZOLA NETO PDT RJ

BRUNO RODRIGUES PSDB PE

CAPITÃO ASSUMÇÃO PSB ES

CARLOS ALBERTO CANUTO PSC AL

CARLOS ALBERTO LERÉIA PSDB GO

CARLOS WILLIAN PTC MG

CELSO MALDANER PMDB SC

CELSO RUSSOMANNO PP SP

CHICO ALENCAR PSOL RJ CHICO LOPES PCdoB CE CLAUDIO CAJADO DEM BA CLÁUDIO DIAZ PSDB RS CLEBER VERDE PRB MA COLBERT MARTINS PMDB BA DAGOBERTO PDT MS DANIEL ALMEIDA PCdoB BA DILCEU SPERAFICO PP PR DR. NECHAR PP SP DR. UBIALI PSB SP DUARTE NOGUEIRA PSDB SP EDIGAR MÃO BRANCA PV BA EDINHO BEZ PMDB SC EDIO LOPES PMDB RR EDMAR MOREIRA PR MG EDMILSON VALENTIM PCdoB RJ EDUARDO AMORIM PSC SE EDUARDO CUNHA PMDB RJ EDUARDO DA FONTE PP PE EDUARDO LOPES PRB RJ EDUARDO SCIARRA DEM PR EDUARDO VALVERDE PT RO ELIENE LIMA PP MT ELISEU PADILHA PMDB RS ELISMAR PRADO PT MG EMILIANO JOSÉ PT BA **ENIO BACCI PDT RS** ERNANDES AMORIM PTB RO EUDES XAVIER PT CE EUGÊNIO RABELO PP CE EUNÍCIO OLIVEIRA PMDB CE EVANDRO MILHOMEN PCdoB AP FELIPE BORNIER PHS RJ FERNANDO CHIARELLI PDT SP FERNANDO CHUCRE PSDB SP FERNANDO CORUJA PPS SC FERNANDO FERRO PT PE FERNANDO MARRONI PT RS FILIPE PEREIRA PSC RJ FLÁVIO BEZERRA PRB CE FLÁVIO DINO PCdoB MA FRANCISCO RODRIGUES DEM RR FRANCISCO ROSSI PMDB SP FRANCISCO TENORIO PMN AL GEORGE HILTON PRB MG GERALDINHO PSOL RS GERALDO PUDIM PR RJ GERALDO RESENDE PMDB MS GERALDO SIMÕES PT BA GIVALDO CARIMBÃO PSB AL GLADSON CAMELI PP AC GONZAGA PATRIOTA PSB PE GUILHERME CAMPOS DEM SP HUGO LEAL PSC RJ ILDERLEI CORDEIRO PPS AC INDIO DA COSTA DEM RJ IVAN VALENTE PSOL SP

JACKSON BARRETO PMDB SE JAIR BOLSONARO PP RJ JANETE CAPIBERIBE PSB AP JEFFERSON CAMPOS PSB SP JERÔNIMO REIS DEM SE JÔ MORAES PCdoB MG JOÃO CAMPOS PSDB GO JOÃO CARLOS BACELAR PR BA JOÃO DADO PDT SP JOÃO MAGALHÃES PMDB MG JOÃO PAULO CUNHA PT SP JOAQUIM BELTRÃO PMDB AL JORGE KHOURY DEM BA JOSÉ CARLOS ARAÚJO PDT BA JOSÉ CARLOS VIEIRA PR SC JOSÉ EDUARDO CARDOZO PT SP JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA PV MG JOSÉ PAULO TÓFFANO PV SP JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS PR MG JULIÃO AMIN PDT MA JÚLIO CESAR DEM PI JÚLIO DELGADO PSB MG JURANDIL JUAREZ PMDB AP LAERTE BESSA PSC DF LEANDRO VILELA PMDB GO LÉO VIVAS PRB RJ LEONARDO MONTEIRO PT MG LEONARDO VILELA PSDB GO LINCOLN PORTELA PR MG LUCIANA COSTA PR SP LUCIANO CASTRO PR RR LÚCIO VALE PR PA LUIZ BASSUMA PV BA LUIZ CARLOS BUSATO PTB RS LUIZ CARLOS HAULY PSDB PR LUIZ CARREIRA DEM BA LUIZ SÉRGIO PT RJ MAJOR FÁBIO DEM PB MANATO PDT ES MANOEL JUNIOR PMDB PB MANOEL SALVIANO PSDB CE MARCELO ALMEIDA PMDB PR MARCELO ITAGIBA PSDB RJ MARCELO ORTIZ PV SP MARCELO SERAFIM PSB AM MÁRCIO FRANCA PSB SP MARCIO JUNQUEIRA DEM RR MÁRCIO MARINHO PRB BA MARCOS LIMA PMDB MG MARCOS MONTES DEM MG MARIA DO ROSÁRIO PT RS MARIA HELENA PSB RR MÁRIO DE OLIVEIRA PSC MG MÁRIO HERINGER PDT MG MAURÍCIO QUINTELLA LESSA PR AL MAURÍCIO RANDS PT PE MENDES RIBEIRO FILHO PMDB RS

MIGUEL CORRÊA PT MG

MILTON MONTI PR SP

MIRO TEIXEIRA PDT RJ

MOACIR MICHELETTO PMDB PR

MOISES AVELINO PMDB TO

NATAN DONADON PMDB RO

NEILTON MULIM PR RJ

NELSON MARQUEZELLI PTB SP

NELSON MEURER PP PR

NELSON PROENCA PPS RS

NEUDO CAMPOS PP RR

NILSON MOURÃO PT AC

NILSON PINTO PSDB PA

ONYX LORENZONI DEM RS

OSMAR JÚNIOR PCdoB PL

OSMAR SERRAGLIO PMDB PR

OSVALDO REIS PMDB TO

PAES DE LIRA PTC SP

PASTOR PEDRO RIBEIRO PR CE

PAULO BORNHAUSEN DEM SC

PAULO HENRIQUE LUSTOSA PMDB CE

PAULO MAGALHÃES DEM BA

PAULO PEREIRA DA SILVA PDT SP

PAULO PIAU PMDB MG

PAULO PIMENTA PT RS

PAULO ROBERTO PEREIRA PTB RS

PAULO ROCHA PT PA

PEDRO CHAVES PMDB GO

PEDRO FERNANDES PTB MA

PEDRO NOVAIS PMDB MA

PEDRO WILSON PT GO

PEPE VARGAS PT RS

PROFESSOR RUY PAULETTI PSDB RS

PROFESSOR SETIMO PMDB MA

PROFESSOR VICTORIO GALLI PMDB MT

PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA PSDB GO

RAIMUNDO GOMES DE MATOS PSDB CE

RATINHO JUNIOR PSC PR

RAUL HENRY PMDB PE

RAUL JUNGMANN PPS PE

REGIS DE OLIVEIRA PSC SP

RENATO AMARY PSDB SP

RENATO MOLLING PP RS

RIBAMAR ALVES PSB MA

RICARDO BERZOINI PT SP

ROBERTO BALESTRA PP GO

ROBERTO MAGALHÃES DEM PE

ROBERTO ROCHA PSDB MA

ROBERTO SANTIAGO PV SP

RODRIGO DE CASTRO PSDB MG

RODRIGO ROLLEMBERG PSB DF

ROGERIO LISBOA DEM RJ

RÔMULO GOUVEIA PSDB PB

RUBENS OTONI PT GO

SEBASTIÃO BALA ROCHA PDT AP

SEVERIANO ALVES PMDB BA

SILAS BRASILEIRO PMDB MG

SILVIO LOPES PSDB RJ SILVIO TORRES PSDB SP SIMÃO SESSIM PP RJ SUELI VIDIGAL PDT ES TAKAYAMA PSC PR TATICO PTB GO ULDURICO PINTO PHS BA VALADARES FILHO PSB SE VALDIR COLATTO PMDB SC VALTENIR PEREIRA PSB MT VELOSO PMDB BA VICENTINHO PT SP VICENTINHO ALVES PR TO VIEIRA DA CUNHA PDT RS VILSON COVATTI PP RS WASHINGTON LUIZ PT MA WILLIAM WOO PPS SP WILSON PICLER PDT PR WOLNEY QUEIROZ PDT PE ZÉ GERALDO PT PA ZÉ GERARDO PMDB CE ZENALDO COUTINHO PSDB PA ZEQUINHA MARINHO PSC PA ZONTA PP SC

Assinaturas que Não Conferem

FÉLIX MENDONÇA DEM BA
IBSEN PINHEIRO PMDB RS
MARCOS ANTONIO PRB PE
MAURÍCIO TRINDADE PR BA
PAULO MALUF PP SP
VITAL DO RÊGO FILHO PMDB PB

Assinaturas Repetidas

ASSIS DO COUTO PT PR
JACKSON BARRETO PMDB SE
JOSÉ FERNANDO APARECIDO DE OLIVEIRA PV MG
MILTON MONTI PR SP
RAIMUNDO GOMES DE MATOS PSDB CE
RÔMULO GOUVEIA PSDB PB

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO III DO PODER JUDICIÁRIO

Seção II Do Supremo Tribunal Federal

Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

- Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:
 - I processar e julgar, originariamente:
- a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal; (Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)
- b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;
- c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente; (Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999)
- d) o *habeas corpus*, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o *habeas data* contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;
- e) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;
- f) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;
 - g) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;
 - h) (Revogada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)
- i) o habeas corpus, quando o coator for Tribunal Superior ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância; (Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 22, de 1999)

j) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados;

l) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;

m) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;

n) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;

o) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal;

p) o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade;

- q) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Mesa de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal;
- r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público. (Alinea acrescida pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

II - julgar, em recurso ordinário:

a) o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;

b) o crime político;

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

a) contrariar dispositivo desta Constituição;

b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;

c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.

d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal. (Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

§ 1° A argüição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei. (Parágrafo único transformado em § 1° pela Emenda Constitucional n° 3, de 1993)

§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993 e com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004))

§ 3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 441, DE 2009

(Do Sr. Camilo Cola e Outros)

Dá nova redação ao art. 101 da Constituição Federal, para alterar o sistema de nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PEC-473/2001.

APRECIAÇÃO:

sua publicação.

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

As Mesa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do Parágrafo 3° do Art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1° O art. 101 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo Único. Ocupará o cargo de Ministro, quando da abertura de vaga no Supremo Tribunal Federal, o decano do Superior Tribunal de Justiça. (NR)"

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de

JUSTIFICAÇÃO

Com a apresentação da presente Proposta de Emenda à Constituição, busca-se garantir que a mais alta Corte do País, responsável pela salvaguarda dos princípios constitucionais, seja integrada, invariavelmente, por magistrados de efetivo notável saber jurídico e de reputação incontestemente ilibada.

Parece-nos que a prerrogativa outorgada pela Carta Magna ao Presidente da República para escolher os Ministros do Supremo Tribunal Federal dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade não garante, de fato, que o indicado contemple o espírito do disposto na Carta Magna, até porque a Seção II - Do Supremo Tribunal Federal não define o que vem a ser notável saber jurídico e reputação ilibada.

Assim, para que a Suprema Corte do País seja integrada por membros de inconteste reputação e que, por sua experiência no âmbito do Poder Judiciário, ostentem notável saber jurídico, apresentamos a presente Proposta de Emenda à Constituição, convictos de que seu acolhimento e aprovação garantirá, ao conjunto da sociedade, que os integrantes do Supremo Tribunal Federal não estejam submetidos a quaisquer tipo de eventuais injunções político-partidárias.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 2009.

Deputado CAMILO COLA -

Proposição: PEC 0441/09

Autor: CAMILO COLA E OUTROS

Data de Apresentação: 24/11/2009 7:32:06 PM

Ementa: Dá nova redação ao art. 101 da Constituição Federal, para alterar o sistema de nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Total de Assinaturas:

Confirmadas: 191 Não Conferem: 007 Fora do Exercício: 001

Repetidas: 008 llegíveis: 000 Retiradas: 000 Total: 207

Assinaturas Confirmadas 1-MARCELO ORTIZ (PV-SP) 2-LIRA MAIA (DEM-PA)

- 3-JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV-SP)
- 4-EDUARDO SCIARRA (DEM-PR)
- 5-FILIPE PEREIRA (PSC-RJ)
- 6-FERNANDO DE FABINHO (DEM-BA)
- 7-RATINHO JUNIOR (PSC-PR)
- 8-IVAN VALENTE (PSOL-SP)
- 9-EDUARDO DA FONTE (PP-PE)
- 10-RÖMULO GOUVEIA (PSDB-PB)
- 11-PEDRO NOVAIS (PMDB-MA)
- 12-MARCELO ALMEIDA (PMDB-PR)
- 13-EDMAR MOREIRA (PR-MG)
- 14-MAURO LOPES (PMDB-MG)
- 15-EFRAIM FILHO (DEM-PB)
- 16-BILAC PINTO (PR-MG)
- 17-MARCELO TEIXEIRA (PR-CE)
- 18-DR. ADILSON SOARES (PR-RJ)
- 19-BETO FARO (PT-PA)
- 20-CHICO DA PRINCESA (PR-PR)
- 21-VICENTE ARRUDA (PR-CE)
- 22-PAULO PEREIRA DA SILVA (PDT-SP)
- 23-ARNALDO MADEIRA (PSDB-SP)
- 24-PEDRO CHAVES (PMDB-GO)
- 25-JOSÉ AIRTON CIRILO (PT-CE)
- 26-MANATO (PDT-ES)
- 27-VIGNATTI (PT-SC)
- 28-CARLOS ZARATTINI (PT-SP)
- 29-DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS)
- 30-JO MORAES (PCdoB-MG)
- 31-VILSON COVATTI (PP-RS)
- 32-GERMANO BONOW (DEM-RS)
- 33-ARIOSTO HOLANDA (PSB-CE)
- 34-JOVAIR ARANTES (PTB-GO)
- 35-MILTON BARBOSA (PSC-BA)
- 36-VICENTINHO (PT-SP)
- 37-MÁRCIO MARINHO (PRB-BA)
- 38-WELLINGTON FAGUNDES (PR-MT)
- 39-CELSO MALDANER (PMDB-SC)
- 40-ZEQUINHA MARINHO (PSC-PA)
- 41-VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP)
- 42-PINTO ITAMARATY (PSDB-MA)
- 43-MARIA HELENA (PSB-RR)
- 44-ZENALDO COUTINHO (PSDB-PA)
- 45-LUIZ BASSUMA (PV-BA)
- 46-JULIO DELGADO (PSB-MG)
- 47-JURANDIL JUAREZ (PMDB-AP)
- 48-JAIR BOLSONARO (PP-RJ)
- 49-ANTONIO CARLOS CHAMARIZ (PTB-AL)
- 50-SARNEY FILHO (PV-MA)

```
51-RODRIGO ROLLEMBERG (PSB-DF)
52-ASSIS DO COUTO (PT-PR)
53-ALFREDO KAEFER (PSDB-PR)
54-RIBAMAR ALVES (PSB-MA)
55-PAULO RUBEM SANTIAGO (PDT-PE)
56-ALEX CANZIANI (PTB-PR)
57-SEVERIANO ALVES (PMDB-BA)
58-OSMAR JÚNIOR (PCdoB-PI)
59-ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP)
60-MAGELA (PT-DF)
61-LEONARDO QUINTÃO (PMDB-MG)
62-CARLOS ALBERTO CANUTO (PSC-AL)
63-PEDRO EUGÊNIO (PT-PE)
64-LAERTE BESSA (PSC-DF)
65-SIMÃO SESSIM (PP-RJ)
66-NILSON MOURÃO (PT-AC)
67-MOREIRA MENDES (PPS-RO)
68-OSÓRIO ADRIANO (DEM-DF)
69-AIRTON ROVEDA (PR-PR)
70-FLÁVIO DINO (PCdoB-MA)
71-ULDURICO PINTO (PHS-BA)
72-LUIZ CARLOS SETIM (DEM-PR)
73-PAULO ROBERTO PEREIRA (PTB-RS)
74-JOAQUIM BELTRÃO (PMDB-AL)
75-RENATO MOLLING (PP-RS)
76-DAVI ALVES SILVA JÚNIOR (PR-MA)
77-NILMAR RUIZ (PR-TO)
78-ANDRE VARGAS (PT-PR)
79-ILDERLEI CORDEIRO (PPS-AC)
80-DILCEU SPERAFICO (PP-PR)
81-CIRO PEDROSA (PV-MG)
82-EDIO LOPES (PMDB-RR)
83-WELLINGTON ROBERTO (PR-PB)
84-DR. NECHAR (PP-SP)
85-OSMAR SERRAGLIO (PMDB-PR)
86-CARLOS WILLIAN (PTC-MG)
87-EDMILSON VALENTIM (PCdoB-RJ)
88-MAJOR FÁBIO (DEM-PB)
89-DÉCIO LIMA (PT-SC)
90-SILAS BRASILEIRO (PMDB-MG)
91-CARLOS BRANDÃO (PSDB-MA)
92-FELIPE BORNIER (PHS-RJ)
93-JOSEPH BANDEIRA (PT-BA)
94-ENIO BACCI (PDT-RS)
95-JOAO PAULO CUNHA (PT-SP)
96-AUGUSTO FARIAS (PTB-AL)
97-PEPE VARGAS (PT-RS)
```

98-JOAO MAGALHĀES (PMDB-MG)

- 99-MENDONÇA PRADO (DEM-SE)
- 100-ONYX LORENZONI (DEM-RS)
- 101-GIVALDO CARIMBÃO (PSB-AL)
- 102-MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS)
- 103-İRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO)
- 104-PAULO PIMENTA (PT-RS)
- 105-FELIPE MAIA (DEM-RN)
- 106-EDUARDO GOMES (PSDB-TO)
- 107-ELCIONE BARBALHO (PMDB-PA)
- 108-GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA)
- 109-DEVANIR RIBEIRO (PT-SP)
- 110-LINDOMAR GARÇON (PV-RO)
- 111-ROSE DE FREITAS (PMDB-ES)
- 112-NELSON PROENÇA (PPS-RS)
- 113-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO (DEM-BA)
- 114-RITA CAMATA (PSDB-ES)
- 115-ROBERTO ROCHA (PSDB-MA)
- 116-PASTOR PEDRO RIBEIRO (PR-CE)
- 117-PAULO ABI-ACKEL (PSDB-MG)
- 118-JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS (PR-MG)
- 119-TADEU FILIPPELLI (PMDB-DF)
- 120-EDUARDO CUNHA (PMDB-RJ)
- 121-VALADARES FILHO (PSB-SE)
- 122-VITOR PENIDO (DEM-MG)
- 123-WOLNEY QUEIROZ (PDT-PE)
- 124-MARIA LÚCIA CARDOSO (PMDB-MG)
- 125-PEDRO WILSON (PT-GO)
- 126-ELIENE LIMA (PP-MT)
- 127-JACKSON BARRETO (PMDB-SE)
- 128-JOSE CHAVES (PTB-PE)
- 129-GERALDO SIMÕES (PT-BA)
- 130-JOSÉ MAIA FILHO (DEM-PI)
- 131-GLADSON CAMELI (PP-AC)
- 132-EVANDRO MILHOMEN (PCdoB-AP)
- 133-VALTENIR PEREIRA (PSB-MT)
- 134-SEBASTIÃO BALA ROCHA (PDT-AP)
- 135-ANIBAL GOMES (PMDB-CE)
- 136-PAULO HENRIQUE LUSTOSA (PMDB-CE)
- 137-FLAVIO BEZERRA (PRB-CE)
- 138-SANDRO MABEL (PR-GO)
- 139-ERNANDES AMORIM (PTB-RO)
- 140-MARCIO JUNQUEIRA (DEM-RR)
- 141-CLEBER VERDE (PRB-MA)
- 142-OSVALDO REIS (PMDB-TO)
- 143-CAMILO COLA (PMDB-ES)
- 144-MIRO TEIXEIRA (PDT-RJ)
- 145-FÁBIO FARIA (PMN-RN)
- 146-SOLANGE AMARAL (DEM-RJ)

147-ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP) 148-JANETE ROCHA PIETÁ (PT-SP) 149-EDINHO BEZ (PMDB-SC) 150-ZÉ GERARDO (PMDB-CE) 151-EUGÊNIO RABELO (PP-CE) 152-CHICO LOPES (PCdoB-CE) 153-MARCELO MELO (PMDB-GO) 154-ACELIO CASAGRANDE (PMDB-SC) 155-MARCO MAIA (PT-RS) 156-ARMANDO ABÍLIO (PTB-PB) 157-ZÉ VIEIRA (PR-MA) 158-ALBANO FRANCO (PSDB-SE) 159-DUARTE NOGUEIRA (PSDB-SP) 160-EDUARDO VALVERDE (PT-RO) 161-ANTONIO CRUZ (PP-MS) 162-BETINHO ROSADO (DEM-RN) 163-ROBERTO MAGALHÃES (DEM-PE) 164-LUIZ SÉRGIO (PT-RJ) 165-CHICO ALENCAR (PSOL-RJ) 166-JURANDY LOUREIRO (PSC-ES) 167-DELEY (PSC-RJ) 168-ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA) 169-REGINALDO LOPES (PT-MG) 170-GONZAGA PATRIOTA (PSB-PE) 171-ELISMAR PRADO (PT-MG) 172-CELSO RUSSOMANNO (PP-SP) 173-JAIME MARTINS (PR-MG) 174-JERÖNIMO REIS (DEM-SE) 175-MILTON MONTI (PR-SP) 176-REGIS DE OLIVEIRA (PSC-SP) 177-JULIÃO AMIN (PDT-MA) 178-FERNANDO FERRO (PT-PE) 179-EDUARDO LOPES (PRB-RJ) 180-JOSÉ CARLOS ARAÚJO (PDT-BA) 181-SANDES JUNIOR (PP-GO) 182-SILVIO TORRES (PSDB-SP) 183-MARCOS ANTONIO (PRB-PE) 184-GIACOBO (PR-PR) 185-CEZAR SILVESTRI (PPS-PR) 186-LUCIANA COSTA (PR-SP) 187-PROFESSOR SETIMO (PMDB-MA) 188-BISPO GË TENUTA (DEM-SP) 189-POMPEO DE MATTOS (PDT-RS) 190-SERGIO PETECÃO (PMN-AC)

Assinaturas que Não Conferem 1-FERNANDO GABEIRA (PV-RJ)

191-EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE)

2-WILSON SANTIAGO (PMDB-PB)

3-PAULO RATTES (PMDB-RJ)

4-LAEL VARELLA (DEM-MG)

5-JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

6-CIRO NOGUEIRA (PP-PI)

7-VITAL DO RÊGO FILHO (PMDB-PB)

Assinaturas de Deputados(as) fora do Exercício

1-JOSÉ CARLOS VIEIRA (PR-SC)

Assinaturas Repetidas

1-MARCIO JUNQUEIRA (DEM-RR)

2-CLEBER VERDE (PRB-MA)

3-SILAS BRASILEIRO (PMDB-MG)

4-FELIPE BORNIER (PHS-RJ)

5-RENATO MOLLING (PP-RS)

6-SILAS BRASILEIRO (PMDB-MG)

7-JOSÉ EDUARDO CARDOZO (PT-SP)

8-GERALDO SIMÕES (PT-BA)

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

Capítulo III DO PODER JUDICIÁRIO

Seção II Do Supremo Tribunal Federal

Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo único. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

- a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal; (Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)
- b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;
- c) nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ressalvado o disposto no art. 52, I, os membros dos Tribunais Superiores, os do Tribunal de Contas da União e os chefes de missão diplomática de caráter permanente; (Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 1999)
- d) o habeas corpus , sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o habeas data contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;
- e) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território;
- f) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta;
 - g) a extradição solicitada por Estado estrangeiro;
 - h) (Revogada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)
- i) o habeas corpus, quando o coator for Tribunal Superior ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância; (Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 22, de 1999)
 - j) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados;
- a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões;
- m) a execução de sentença nas causas de sua competência originária, facultada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais;
- n) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados;
- o) os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e quaisquer tribunais, entre Tribunais Superiores, ou entre estes e qualquer outro tribunal;
 - p) o pedido de medida cautelar das ações diretas de inconstitucionalidade;
- q) o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Mesa de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal;
- r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público. (Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 45. de 2004)

- II julgar, em recurso ordinário:
- a) o *habeas corpus* , o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão;
 - b) o crime político;
- III julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:
 - a) contrariar dispositivo desta Constituição;
 - b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;
 - c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.
- d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal. (Alínea acrescida pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)
- § 1º A argüição de descumprimento de preceito fundamental, decorrente desta Constituição, será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei. (Parágrafo único transformado em § 1º pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)
- § 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993 e com nova redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004))
- § 3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros. (Parágrafo acrescido pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

.....

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

I - RELATÓRIO

Vem a este colegiado, para exame de admissibilidade, a Proposta de Emenda à Constituição em epígrafe, que institui a alternância entre o Presidente da República e o Congresso Nacional, na escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Em sua fundamentação, o autor alega que a participação direta do Poder Legislativo na escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal democratizará o processo de composição do mais alto órgão judiciário nacional.

Em apenso, acham-se as seguintes proposições:

- PEC nº 566, de 2002, de autoria do Deputado ALCEU COLLARES, dispondo que os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão escolhidos e nomeados pela composição plena do próprio tribunal, mediante aprovação do Senado Federal. Os candidatos serão selecionados dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça, membros do Ministério Público e advogados;
- PEC nº 484, de 2005, do Deputado JOÃO CAMPOS, estabelecendo a escolha dos Ministros do STF pelo Congresso nacional, respeitada uma quarentena de quatro anos para os titulares de mandato eletivo, cargo de Ministro de Estado ou presidente de partido político. Outrossim, ao final do exercício de suas funções judiciais, os Ministros do STF ficarão inelegíveis por quatro anos;
- PEC nº 342, de 2009, do Deputado FLÁVIO DINO, que dispõe sobre a escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, recaindo a escolha sobre nomes constantes de listas tríplices apresentadas por tribunais, Ordem dos Advogados do Brasil e Conselhos fiscalizatórios;
- PEC nº 393, de 2009, de autoria do Deputado JULIÃO AMIN, que dispõe sobre a escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal por um Conselho Eleitoral composto de membros do Judiciário federal e estadual, advogados, membros do Ministério Público e cidadãos;
- PEC nº 441, de 2009, de autoria do Deputado CAMILO COLA, que determina que o cargo vago do Supremo Tribunal Federal será preenchido pelo decano do Superior Tribunal de Justiça;
- PEC nº 434, de 2009, da autoria do Deputado VIEIRA DA CUNHA, que dispõe sobre a escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal mediante lista sêxtupla, elaborada pelo próprio tribunal.

II - VOTO DO RELATOR

Incumbe a esta Comissão, nos termos do art. 202, *caput*, do Regimento Interno, apreciar as propostas em epígrafe quanto à sua admissibilidade.

As proposições foram apresentadas por mais de um terço dos membros da Câmara dos Deputados, conforme atestado pela Secretaria-Geral da Mesa, obedecendo-se assim à exigência dos artigos 60, I, da Constituição Federal e 201, I, do Regimento Interno.

Não há qualquer atentado à forma federativa de Estado, ao voto direto, universal e periódico, à separação dos poderes e aos direitos e garantias individuais. Foram portanto respeitadas as cláusulas pétreas expressas no art. 60, § 4º da Constituição Federal.

Não estão em vigor quaisquer das limitações circunstanciais à tramitação das propostas de emenda à Constituição expressas no § 1º do art. 60 da Constituição Federal, a saber: intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio.

Não há vício de inconstitucionalidade formal ou material na proposta, tendo sido atendidos os pressupostos constitucionais e regimentais para sua apresentação e tramitação.

Assim sendo, manifestamo-nos pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição n.º 473, de 2001, assim como das apensadas nº 566, de 2002, nº 484, de 2005, nº 342, de 2009, nº 393, de 2009; nº 441, de 2009; e nº 434, de 2009.

Sala da Comissão, em 17 de novembro de 2009.

Deputado JOSÉ EDUARDO CARDOZO Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião ordinária realizada hoje, opinou, contra o voto do Deputado José Genoíno, pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 473/2001 e das de nºs 566/2002, 484/2005, 342/2009, 393/2009, 434/2009 e 441/2009, apensadas, nos termos do Parecer do Relator substituto, Deputado Antonio Carlos Biscaia.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Eliseu Padilha - Presidente, Colbert Martins e Rodovalho - Vice-Presidentes, Antonio Carlos Biscaia, Antonio Carlos Pannunzio, Bonifácio de Andrada, Carlos Bezerra, Edmar Moreira, Eduardo Cunha, Felipe Maia, Flávio Dino, Francisco Tenorio, Gerson Peres, Indio da Costa, João Campos, João Paulo Cunha, José Genoíno, José Maia Filho, Luiz Couto, Marcelo Castro, Márcio França, Márcio Marinho, Mauro Benevides, Mendes Ribeiro Filho, Osmar Serraglio, Paes Landim, Paulo Magalhães, Paulo Maluf, Roberto Magalhães, Sandra Rosado, Sérgio Barradas Carneiro, Wolney Queiroz, Zenaldo Coutinho, Arnaldo Faria de Sá, Arolde de Oliveira, Bispo Gê Tenuta, Carlos Abicalil, Carlos Melles, Carlos Willian, Chico Lopes, Décio Lima, Edson Aparecido, Fátima Bezerra, Geraldo Pudim, Hugo Leal, Maurício Rands, Nelson Pellegrino, Odílio Balbinotti, Onyx Lorenzoni, Paulo Bauer, Roberto Alves, Roberto Santiago, Tadeu Filippelli, Valtenir Pereira, Vital do Rêgo Filho e Wellington Roberto.

Sala da Comissão, em 8 de dezembro de 2010.

Deputado ELISEU PADILHA Presidente

COMISSÃO ESPECIAL

Emenda nº 1 de 2015

(do Deputado Max Filho)

Dá nova redação ao inciso XIV do art. 84 e ao artigo 101 da Constituição Federal, para estabelecer mandato de dez anos e referendo popular para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Art. 1º Dê-se a seguinte redação ao inciso XIV, do art. 84, da Constituição da República Federativa do Brasil:

"XIV – nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, para um mandato de dez anos, sujeito a confirmação por referendo popular, e os ministros dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do Banco Central e outros servidores, quando determinado em lei;"

Art. 2º. Dê-se nova redação ao art. 101 da Constituição da República Federativa do Brasil:

"∆rt 1∩1	
AIL. IU I	

- § 1º Os ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República para um mandato de dez anos, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal;
- § 2º Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão reconduzidos para novos mandatos, mediante submissão a referendo popular para confirmação da sua permanência no cargo;
- § 3º O referendo popular será realizado juntamente com a eleição geral subsequente à nomeação do ministro;
- § 4º A rejeição de um ministro no referendo popular não anula os atos por ele praticados." (NR)
- Art. 3º. Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

2

JUSTIFICAÇÃO

A nomeação dos Ministros da Corte Suprema depende somente do

Presidente da República, que deve escolhê-los tendo como balizador o critério de

idade (entre 35 e 65 anos) e os requisitos de notável saber jurídico e reputação

ilibada, e nos termos do artigo 101 e do inciso XIV do artigo 84 da Constituição

Federal de 1988.

Após a indicação, a escolha é submetida à aprovação pela maioria

absoluta do Senado Federal.

Montesquieu, que defendeu a forma jurídica que entre nós tomou a Teoria

da Separação dos Poderes, prega a independência entre o Executivo, o Legislativo

e o Judiciário para um melhor funcionamento do Estado. No clássico "O Espírito das

Leis", afirma: "Se o poder de julgar estiver unido ao Poder Executivo, o juiz terá a

força de um opressor".

A Constituição da República Federativa do Brasil abraçou essa teoria,

conforme o seu art. 2º, que diz o seguinte:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si,

o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Nossa Constituição também abraçou o princípio da soberania popular,

consagrando-se como Carta democrática nos termos do parágrafo único do seu art.

10:

"Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de

representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta

Constituição."

Nessa constelação, o Poder Judiciário brasileiro é uma nota dissonante: é

o único poder que não emana do povo, numa clara contradição com o princípio da

soberania popular.

O magistrado ingressa na carreira e chega ao seu mais alto grau, com o

título de ministro do Judiciário, sem passar uma única vez pelo julgamento da

população. Outros são elevados ao mais alto posto da magistratura por indicação e

nomeação apenas do Chefe do Executivo, com a aprovação do Senado Federal.

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5369 CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO Esta problemática não é estranha à literatura voltada ao debate constitucional. Bernard Schwartz, por exemplo, trata do tema em sua obra "Direito Constitucional Americano" (Forense, 1966), país no qual o critério para nomeação do Ministro da Suprema Corte é análogo ao brasileiro, demonstra a fragilidade e risco do sistema atual:

"talvez a maior fraqueza, na prática, do sistema de selecionar os juízes federais nos Estados Unidos se encontre no fato de que, muito frequentemente, o poder presidencial de nomear tenha sido usado para fins políticos...não se pode esperar que o Presidente nomeie indivíduos, por mais importantes que sejam, cujos pontos de vista em questão de política pública sejam radicalmente diferentes do seu próprio. Ele tem obrigações políticas e pessoais que, por serem humanas, procurará cumprir por meio da nomeação para a Suprema Corte. Além de ser Presidente ele é o líder de um partido político e terá sempre em mente as suas considerações de ordem partidária".

Este modelo, portanto, suscita divergências, já que muitos defendem mudanças no critério de escolha e permanência no cargo, como exemplificam as propostas e projetos que passamos a sumarizar.

Na última Reforma do Judiciário tentou-se aprovar, sem sucesso, uma emenda que determinava que no mínimo 2/3 das 11 vagas para Ministro do STF fossem preenchidas por juízes de carreira com mais de 10 anos de exercício.

Em 1995, o ex-deputado federal Nicias Ribeiro (PSDB/PA) apresentou uma das propostas consideradas mais antigas para alterar a indicação de ministro. Conforme seu argumento:

"a forma de composição do Supremo Tribunal não tem sido a mais indicada, em razão de propiciar a que Ministros dessa Corte venham a se considerar suspeitos em julgamento de processos que envolvam Presidente da República por terem sido nomeados por indicação desses... A continuar a utilização exclusiva do critério político, poderá acontecer o dia em que o Supremo Tribunal como um todo, venha se declarar suspeito para julgar casos dessa natureza, uma vez que poderá ocorrer. Apesar do exagero, de todos os Ministros considerarem-se suspeitos para julgar atos de um

4

determinado Presidente ou ex-presidente da Republica, por terem

sido indicados por estes".

O Deputado Rubens Bueno apresentou, em 2011, proposta que altera o

critério de escolha dos ministros do Supremo, dividindo as indicações entre seis

instituições alternadamente. De acordo com a proposta, três ministros seriam

indicados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), dois pela Procuradoria-Geral da

República (PGR), um pela Câmara dos Deputados, um pelo Senado Federal, dois

pela ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e dois pela Presidência da República.

No cerne da proposta a preocupação com a concentração das indicações no

Executivo e, por consequência, a possibilidade de colocar em xeque a

independência dos Três Poderes e a necessária impessoalidade na seleção.

O ex-deputado Flávio Dino apresentou proposta para modificar os

critérios de escolha e permanência no cargo dos Ministros do Supremo Tribunal

Federal, propondo que as nomeações sejam feitas pelo Congresso Nacional (três),

Câmara dos Deputados (três) e Presidente da República (cinco), dentre uma lista

elaborada por órgãos ligados ao Direito, estabelecendo que os Ministros passem a

ter mandato de 11 anos, vedada a reeleição.

Nesses últimos 20 anos, treze propostas de emenda constitucional

tramitaram - algumas continuam em tramitação - nas duas Casas do Congresso,

apresentando uma pluralidade de posições e opiniões que convergem para a

necessidade de mudança dos critérios e formas de escolha e tempo de permanência

no cargo dos nomeados.

Com toda a certeza, a democratização do processo de escolha, retirando-

o da quase vontade quase exclusiva do Presidente da República, e a limitação do

tempo de permanência, representarão um considerável avanço e aprofundamento

da ordem democrática no Brasil.

É consenso que o processo constitucional, no que diz respeito à formação

do Supremo, requer mudanças que permitam torná-lo mais transparente, impessoal

e participativo, e, sobretudo, um marco de aprofundamento do processo

democrático, garantindo que a vontade da cidadania imprima sua marca na

configuração da Suprema Corte.

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5369 CONFERE COM O ORIGINAL AUTENTICADO Precisamos tornar realidade o princípio fundante da Democracia de que todo o poder emana do povo, entendendo que a observância deste princípio exige a

criação de mecanismos institucionais que garantam o exercício dessa prerrogativa.

É preciso que o processo de escolha dos Ministros do Supremo seja

compartilhado não só entre os Poderes do Estado, mas também com o conjunto da

sociedade, que deve dispor dos instrumentos apropriados para se manifestar sobre

aqueles que exercerão tão elevadas funções.

É neste sentido que apresentamos a proposta de que os indicados e

nomeados ao exercício da função de Ministro do Supremo Tribunal Federal sejam

submetidos ao referendo popular na eleição subsequente ao ato de posse.

A presente proposta adota o mandato de 10 anos para os ministros da

Suprema Corte. Para continuar no cargo, a nomeação do ministro terá que ser

confirmada em referendo popular.

O modelo de mandato com referendo popular, adotado no Japão, significa

importante avanço no anacrônico sistema brasileiro, que reveste o ministro de

superpoderes, pois o cargo é vitalício, ele não presta contas a ninguém e detém a

última palavra na análise jurídica de grandes questões nacionais. Configura-se,

portanto, uma espécie de deseguilíbrio entre os poderes da República, já que ao

Legislativo e ao Executivo cabe apenas obedecer às decisões do Judiciário, um

poder sem qualquer identificação com o povo.

Para melhor segurança jurídica, entendemos que, em caso de rejeição do

ministro no referendo, os atos por ele praticados no cargo terão plena validade

jurídica.

Após dez anos de exercício, os Ministros do Supremo Tribunal Federal

deverão submeter-se a novo referendo popular se quiserem permanecer no cargo

por mais um mandato.

O que se pretende é institucionalizar um mecanismo de participação

popular, via referendo, que assegure o aprofundamento da Democracia, com efetiva

participação da sociedade, dando maior transparência ao processo de escolha dos

ministros do STF. Como ensina Louis Bandeis: "Nas coisas do poder o melhor

detergente é a luz do sol."

Coordenação de Comissões Permanentes - DECOM - P_5369

A proposta de emenda à Constituição que ora submetemos à deliberação de nossos pares pretende oferecer uma resposta a uma sociedade que clama por mais participação e democracia.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 2015.

Deputado Max Filho



13/05/2015 11:20

Relatório de Verificação de Apoiamento EMENDA NA COMISSÃO Nº 1/15

Proposição: EMC-1/2015 PEC47301 => PEC-473/2001

Autor da Proposição: MAX FILHO E OUTROS

Data de Apresentação: 12/05/2015 16:34:00

Ementa: Dá nova redação ao inciso XIV do art. 84 e ao artigo

101 da Constituição Federal, para estabelecer mandato de dez anos e referendo popular para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	186
Não Conferem	-
Fora do Exercício	-
Repetidas	9
Ilegíveis	-
Retiradas	-
TOTAL	195
MÍNIMO	171
FALTAM	-

Assinaturas Confirmadas

	Nome do Parlamentar	 Partido	HE
14	Trome do l'allamental	I al tido	O1

1 Abel Messyite In	PDT	RR
1 Abel Mesquita Jr. 2 Afonso Motta	PDT	RS
3 Alexandre Baldy	PSDB	GO
4 Alexandre Serfiotis	PSD	RJ
5 Alfredo Kaefer	PSDB	PR
6 Anderson Ferreira	PR	PE
7 André Figueiredo	PDT	CE
8 André Fufuca	PEN	MA
9 Andres Sanchez	PT	SP
10 Antonio Bulhões	PRB	SP
11 Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB	SP
12 Antonio Imbassahy	PSDB	BA
13 Arnaldo Faria de Sá	PTB	SP
14 Arthur Lira	PP	AL
15 Arthur Oliveira Maia	SD	BA
16 Arthur Virgílio Bisneto	PSDB	AM
17 Átila Lira	PSB	PI
18 Benjamin Maranhão	SD	PB
19 Betinho Gomes	PSDB	PE
20 Beto Mansur	PRB	SP
21 Bonifácio de Andrada	PSDB	MG
22 Bruna Furlan	PSDB	SP
23 Bruno Araújo	PSDB	PE
24 Bruno Covas	PSDB	SP
25 Cabo Sabino	PR	CE
26 Caio Narcio	PSDB	MG
27 Capitão Augusto	PR	SP
28 Carlos Andrade	PHS	RR
29 Carlos Henrique Gaguim	PMDB	TO
30 Carlos Manato	SD	ES
31 Carlos Sampaio	PSDB	SP
32 Carlos Zarattini	PT	SP
33 Carmen Zanotto	PPS	SC
34 Célio Silveira	PSDB	GO
35 Celso Jacob	PMDB	RJ
36 Celso Maldaner	PMDB	SC
37 Chico Alencar	PSOL	RJ
38 Cícero Almeida	PRTB	AL
39 Covatti Filho	PP	RS
40 Cristiane Brasil	PTB	RJ
41 Daniel Almeida	PCdoB	BA
	1 0 40 2	1

42 Daniel Coelho	PSDB	PE
43 Daniel Vilela	PMDB	GO
44 Delegado Edson Moreira	PTN	MG
45 Delegado Waldir	PSDB	GO
46 Diego Garcia	PHS	PR
47 Domingos Sávio	PSDB	MG
48 Dr. Jorge Silva	PROS	ES
49 Edmilson Rodrigues	PSOL	PA
50 Eduardo Barbosa	PSDB	MG
51 Eduardo Cury	PSDB	SP
52 Efraim Filho	DEM	PB
53 Elcione Barbalho	PMDB	PA
54 Eliziane Gama	PPS	MA
55 Esperidião Amin	PP	SC
56 Evair de Melo	PV	ES
57 Evandro Gussi	PV	SP
58 Ezequiel Fonseca	PP	MT
59 Fábio Faria	PSD	RN
60 Fábio Sousa	PSDB	GO
61 Fausto Pinato	PRB	SP
62 Felipe Maia	DEM	RN
63 Fernando Monteiro	PP	PE
64 Geovania de Sá	PSDB	SC
65 Giacobo	PR	PR
66 Giuseppe Vecci	PSDB	GO
67 Givaldo Vieira	PT	ES
68 Glauber Braga	PSB	RJ
69 Heitor Schuch	PSB	RS
70 Hélio Leite	DEM	PA
71 Heráclito Fortes	PSB	ΡI
72 Herculano Passos	PSD	SP
73 Hildo Rocha	PMDB	MA
74 Hugo Leal	PROS	RJ
75 Ivan Valente	PSOL	SP
76 Izalci	PSDB	DF
77 Jarbas Vasconcelos	PMDB	PE
78 Jhc	SD	AL
79 João Campos	PSDB	GO
80 João Castelo	PSDB	MA
81 João Gualberto	PSDB	BA
82 João Paulo Papa	PSDB	SP
0_ 1 0 a 0 1 a a 1 a p a	1,25	~1

83 Joaquim Passarinho	PSD	PA
84 Jony Marcos	PRB	SE
85 Jorginho Mello	PR	SC
86 José Carlos Aleluia	DEM	BA
87 José Fogaça	PMDB	RS
88 Jose Stédile	PSB	RS
89 Josi Nunes	PMDB	TO
90 Josué Bengtson	PTB	PA
91 Jovair Arantes	PTB	GO
92 Jozi Rocha	PTB	AP
93 Keiko Ota	PSB	SP
94 Leandre	PV	PR
95 Lelo Coimbra	PMDB	ES
96 Leonardo Picciani	PMDB	RJ
97 Leonardo Quintão	PMDB	MG
98 Leônidas Cristino	PROS	CE
99 Lobbe Neto	PSDB	SP
100 Lucas Vergilio	SD	GO
101 Luciano Ducci	PSB	PR
102 Luiz Carlos Hauly	PSDB	PR
103 Major Olimpio	PDT	SP
104 Mandetta	DEM	MS
105 Mara Gabrilli	PSDB	SP
106 Marcelo Aro	PHS	MG
107 Marcelo Castro	PMDB	PI
108 Marcelo Squassoni	PRB	SP
109 Marcio Alvino	PR	SP
110 Marco Tebaldi	PSDB	SC
111 Marcos Rogério	PDT	RO
112 Marcus Pestana	PSDB	MG
113 Marcus Vicente	PP	ES
114 Margarida Salomão	PT	MG
115 Mariana Carvalho	PSDB	RO
116 Mauro Mariani	PMDB	SC
117 Max Filho	PSDB	ES
118 Mendonça Filho	DEM	PE
119 Miguel Haddad	PSDB	SP
120 Milton Monti	PR	SP
121 Moema Gramacho	PT	BA
122 Moroni Torgan	DEM	CE
123 Moses Rodrigues	PPS	CE

124 Nelson Marchezan Junior	PSDB	RS
125 Nilson Leitão	PSDB	MT
126 Nilson Pinto	PSDB	PA
127 Nilton Capixaba	PTB	RO
128 Odelmo Leão	PP	MG
129 Otavio Leite	PSDB	RJ
130 Padre João	PT	MG
131 Pastor Eurico	PSB	PE
132 Pauderney Avelino	DEM	AM
133 Paulo Abi-Ackel	PSDB	MG
134 Paulo Foletto	PSB	ES
135 Paulo Pereira da Silva	SD	SP
136 Pedro Cunha Lima	PSDB	PB
137 Pedro Fernandes	PTB	MA
138 Pedro Uczai	PT	SC
139 Pedro Vilela	PSDB	AL
140 Pr. Marco Feliciano	PSC	SP
141 Professora Dorinha Seabra Rezende	DEM	TO
142 Professora Marcivania	PT	AP
143 Raimundo Gomes de Matos	PSDB	CE
144 Raquel Muniz	PSC	MG
145 Renata Abreu	PTN	SP
146 Renato Molling	PP	RS
147 Ricardo Izar	PSD	SP
148 Ricardo Tripoli	PSDB	SP
149 Rocha	PSDB	AC
150 Rodrigo de Castro	PSDB	MG
151 Rodrigo Maia	DEM	RJ
152 Rodrigo Pacheco	PMDB	MG
153 Rogério Marinho	PSDB	RN
154 Rogério Rosso	PSD	DF
155 Rômulo Gouveia	PSD	PB
156 Ronaldo Fonseca	PROS	DF
157 Ronaldo Lessa	PDT	AL
158 Rosangela Gomes	PRB	RJ
159 Rossoni	PSDB	PR
160 Rubens Bueno	PPS	PR
161 Rubens Otoni	PT	GO
162 Rubens Pereira Júnior	PCdoB	MA
163 Samuel Moreira	PC00B PSDB	SP
164 Sandro Alex	PSDB PPS	SP PR
104 Salidio Alex	110	1 1

165 Saraiva Felipe	PMDB	MG
166 Sergio Vidigal	PDT	ES
167 Shéridan	PSDB	RR
168 Silas Câmara	PSD	AM
169 Silas Freire	PR	PΙ
170 Silvio Costa	PSC	PE
171 Silvio Torres	PSDB	SP
172 Simão Sessim	PP	RJ
173 Sóstenes Cavalcante	PSD	RJ
174 Tadeu Alencar	PSB	PE
175 Tiririca	PR	SP
176 Toninho Pinheiro	PP	MG
177 Uldurico Junior	PTC	BA
178 Vanderlei Macris	PSDB	SP
179 Veneziano Vital do Rêgo	PMDB	PB
180 Vicente Candido	PT	SP
181 Victor Mendes	PV	MA
182 Vinicius Carvalho	PRB	SP
183 Vitor Lippi	PSDB	SP
184 Waldenor Pereira	PT	BA
185 Zé Geraldo	PT	PA
186 Zeca Dirceu	PT	PR

Assinaturas Repetidas

Nome do Parlamentar	Partido	UF	Assinaturas Repetidas
1 Afonso Motta	PDT	RS	1
2 Alexandre Serfiotis	PSD	RJ	1
3 Delegado Edson Moreira	PTN	MG	1
4 Geovania de Sá	PSDB	SC	1
5 Pauderney Avelino	DEM	AM	1
6 Paulo Pereira da Silva	SD	SP	1
7 Pr. Marco Feliciano	PSC	SP	1
8 Raquel Muniz	PSC	MG	1
	Parlamentar 1 Afonso Motta 2 Alexandre Serfiotis 3 Delegado Edson Moreira 4 Geovania de Sá 5 Pauderney Avelino 6 Paulo Pereira da Silva 7 Pr. Marco Feliciano	Parlamentar 1 Afonso Motta PDT 2 Alexandre PSD Serfiotis 3 Delegado PTN Edson Moreira 4 Geovania de PSDB Sá 5 Pauderney DEM Avelino 6 Paulo Pereira da Silva 7 Pr. Marco PSC	Parlamentar Partido I Afonso Motta PDT RS 2 Alexandre PSD RJ Serfiotis 3 Delegado PTN MG Edson Moreira 4 Geovania de PSDB SC Sá 5 Pauderney DEM AM Avelino 6 Paulo Pereira SD SP da Silva 7 Pr. Marco PSC SP Feliciano

EMENDA Nº 2 DE 2015

(Dos Senhores PAULO PEREIRA DA SILVA, ANDRÉ MOURA, MÁRIO HERINGER e outros)

"Acresce parágrafos ao art. 101 da Constituição Federal e altera o art. 100 do ADCT."

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto Constitucional:

Art. 1º O art. 101 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

"Art. 101	 	 	 	
§1º	 	 		

- § 2º O mandato dos Ministros do Supremo Tribunal Federal será de 11 anos, sendo vedada a recondução ou o exercício de novo mandato.
- §3º O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos atuais Ministros do Supremo Tribunal Federal, ficando a sua permanência automática condicionada ao previsto no art. 100 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)."
- Art. 2º O art. 100 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) passa a vigorar com a seguinte redação:
- "Art. 100 Até que entre em vigor a lei complementar de que trata o inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União aposentar-se-ão, compulsoriamente, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade. (NR)"
 - Art. 3º Esta emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal é, essencialmente, uma Corte Constitucional, sendo o órgão responsável pela interpretação definitiva de nossa Constituição Federal. É inegável, portanto, o fato de que sua atuação tem forte carga política e consequências de igual natureza.

No intuito de contribuir com o debate sobre a matéria, propomos o estabelecimento de um mandato limitado em 11 anos para os futuros ministros do

108

Supremo Tribunal Federal, sendo vedada a recondução ao cargo ou o exercício de novo mandato.

Ademais, estabelecemos expressamente que a regra não será aplicada aos atuais Ministros do Supremo Tribunal Federal, ficando sua permanência condicionada ao previsto no art. 100 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Sendo assim, contamos com o apoio dos nobres pares na aprovação da Proposta de Emenda à Constituição que submetemos à deliberação.

Sala das Comissões, em

Deputado PAULO PEREIRA DA SILVA SOLIDARIEDADE/SP

Deputado ANDRÉ MOURA
PSC/SE

Deputado MÁRIO HERINGER PDT/MG



26/05/2015 11:33

Relatório de Verificação de Apoiamento EMENDA NA COMISSÃO Nº 2/15

Proposição: EMC-2/2015 PEC47301 => PEC-473/2001 **Autor da Proposição:** PAULO PEREIRA DA SILVA E OUTROS

Data de Apresentação: 21/05/2015 16:19:00

Ementa: "Acresce parágrafos ao art. 101 da Constituição

Federal e altera o art. 100 do ADCT."

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	196
Não Conferem	8
Fora do Exercício	-
Repetidas	47
Ilegíveis	-
Retiradas	-
TOTAL	251
MÍNIMO	171
FALTAM	-

Assinaturas Confirmadas

N°	Nome do Parlamentar	Partido	UI
1 Al	bel Mesquita Jr.	PDT	RR
2 A	demir Camilo	PROS	MG
3 A	elton Freitas	PR	MG
4 A	fonso Motta	PDT	RS
5 A	an Rick	PRB	AC
6 A	lberto Filho	PMDB	MA
7 A	lberto Fraga	DEM	DF
8 A	lexandre Leite	DEM	SP
9 A	lexandre Valle	PRP	RJ
10 A	fredo Nascimento	PR	AM
11 A	ndré Figueiredo	PDT	CE
12 A	ndré Fufuca	PEN	MA
13 Aı	ndre Moura	PSC	SE
14 Aı	níbal Gomes	PMDB	CE
15 Aı	ntônio Jácome	PMN	RN
16 Aı	rnon Bezerra	PTB	CE
17 Aı	rthur Lira	PP	AL
18 A	ugusto Carvalho	SD	DF
19 Aı	ureo	SD	RJ
20 Ba	acelar	PTN	BA
21 Be	ebeto	PSB	BA
22 Be	enito Gama	PTB	BA
23 Be	enjamin Maranhão	SD	PB
24 Bi	lac Pinto	PR	MG
25 Bı	runa Furlan	PSDB	SP
26 Bı	runo Araújo	PSDB	PE

27 Cabo Sabino	PR	CE
28 Caio Narcio	PSDB	MG
29 Capitão Augusto	PR	SP
30 Carlos Bezerra	PMDB	MT
31 Carlos Henrique Gaguim	PMDB	TO
32 Carlos Manato	SD	ES
33 Célio Silveira	PSDB	GO
34 Celso Jacob	PMDB	RJ
35 Celso Maldaner	PMDB	SC
36 Celso Russomanno	PRB	SP
37 Cesar Souza	PSD	SC
38 Claudio Cajado	DEM	BA
39 Dagoberto	PDT	MS
40 Damião Feliciano	PDT	PB
41 Daniel Vilela	PMDB	GO
42 Danrlei de Deus Hinterholz	PSD	RS
43 Delegado Edson Moreira	PTN	MG
44 Deley	PTB	RJ
45 Dimas Fabiano	PP	MG
46 Dr. João	PR	RJ
47 Dr. Jorge Silva	PROS	ES
48 Edinho Bez	PMDB	SC
49 Edio Lopes	PMDB	RR
50 Eduardo Barbosa	PSDB	MG
51 Eduardo Bolsonaro	PSC	SP
52 Erivelton Santana	PSC	BA
53 Expedito Netto	SD	RO
54 Ezequiel Teixeira	SD	RJ
55 Fábio Faria	PSD	RN
56 Fábio Mitidieri	PSD	SE
57 Félix Mendonça Júnior	PDT	BA
58 Fernando Jordão	PMDB	RJ
59 Fernando Monteiro	PP	PE
60 Flávia Morais	PDT	GO
61 Flaviano Melo	PMDB	AC
62 Francisco Chapadinha	PSD	PA
63 Francisco Floriano	PR	RJ
64 Genecias Noronha	SD	CE
65 Geovania de Sá	PSDB	SC
66 Geraldo Resende	PMDB	MS
67 Giovani Cherini	PDT	RS
		-

68 Gorete Pereira	PR	CE
69 Goulart	PSD	SP
70 Hélio Leite	DEM	PA
71 Heráclito Fortes	PSB	PI
72 Herculano Passos	PSD	SP
73 Heuler Cruvinel	PSD	GO
74 Jaime Martins	PSD	MG
75 Jair Bolsonaro	PP	RJ
76 Jarbas Vasconcelos	PMDB	PE
77 Jefferson Campos	PSD	SP
78 Jhc	SD	AL
79 Jhonatan de Jesus	PRB	RR
80 João Arruda	PMDB	PR
81 João Fernando Coutinho	PSB	PE
82 João Gualberto	PSDB	BA
83 João Rodrigues	PSD	SC
84 Joaquim Passarinho	PSD	PA
85 Jony Marcos	PRB	SE
86 Jorge Boeira	PP	SC
87 Jorge Côrte Real	PTB	PE
88 José Carlos Araújo	PSD	BA
89 José Fogaça	PMDB	RS
90 Josué Bengtson	PTB	PA
91 Jovair Arantes	PTB	GO
92 Júlia Marinho	PSC	PA
93 Julio Lopes	PP	RJ
94 Junior Marreca	PEN	MA
95 Laerte Bessa	PR	DF
96 Lelo Coimbra	PMDB	ES
97 Leonardo Monteiro	PT	MG
98 Leonardo Picciani	PMDB	RJ
99 Leonardo Quintão	PMDB	MG
100 Leopoldo Meyer	PSB	PR
101 Lincoln Portela	PR	MG
102 Luciano Ducci	PSB	PR
103 Lucio Mosquini	PMDB	RO
104 Lúcio Vale	PR	PA
105 Luis Carlos Heinze	PP	RS
106 Luiz Carlos Busato	PTB	RS
107 Luiz Carlos Ramos	PSDC	RJ
108 Luiz Nishimori	PR	PR

109 Magda Mofatto	PR	GO
110 Major Olimpio	PDT	SP
111 Mandetta	DEM	MS
112 Manoel Junior	PMDB	PB
113 Marcelo Álvaro Antônio	PRP	MG
114 Marcelo Matos	PDT	RJ
115 Marcio Alvino	PR	SP
116 Márcio Marinho	PRB	BA
117 Marco Tebaldi	PSDB	SC
118 Marcos Rogério	PDT	RO
119 Marcus Pestana	PSDB	MG
120 Mariana Carvalho	PSDB	RO
121 Marinaldo Rosendo	PSB	PE
122 Mário Heringer	PDT	MG
123 Marquinho Mendes	PMDB	RJ
124 Marx Beltrão	PMDB	AL
125 Maurício Quintella Lessa	PR	AL
126 Mauro Lopes	PMDB	MG
127 Mauro Pereira	PMDB	RS
128 Max Filho	PSDB	ES
129 Milton Monti	PR	SP
130 Misael Varella	DEM	MG
131 Newton Cardoso Jr	PMDB	MG
132 Odelmo Leão	PP	MG
133 Osmar Serraglio	PMDB	PR
134 Otavio Leite	PSDB	RJ
135 Padre João	PT	MG
136 Pastor Franklin	PTdoB	MG
137 Paulo Abi-Ackel	PSDB	MG
138 Paulo Foletto	PSB	ES
139 Paulo Pereira da Silva	SD	SP
140 Pedro Chaves	PMDB	GO
141 Pedro Fernandes	PTB	MA
142 Pompeo de Mattos	PDT	RS
143 Professor Victório Galli	PSC	MT
144 Rafael Motta	PROS	RN
145 Raimundo Gomes de Matos	PSDB	CE
146 Renato Molling	PP	RS
147 Ricardo Teobaldo	PTB	PE
148 Roberto Góes	PDT	AP
149 Roberto Sales	PRB	RJ

1505	5655	. ~
150 Rocha	PSDB	AC
151 Rodrigo de Castro	PSDB	MG
152 Rogério Marinho	PSDB	RN
153 Rômulo Gouveia	PSD	PB
154 Ronaldo Fonseca	PROS	DF
155 Ronaldo Lessa	PDT	AL
156 Ronaldo Martins	PRB	CE
157 Ronaldo Nogueira	PTB	RS
158 Roney Nemer	PMDB	DF
159 Rubens Otoni	PT	GO
160 Sandro Alex	PPS	PR
161 Saraiva Felipe	PMDB	MG
162 Sérgio Brito	PSD	BA
163 Sérgio Moraes	PTB	RS
164 Sérgio Reis	PRB	SP
165 Sergio Souza	PMDB	PR
166 Sergio Vidigal	PDT	ES
167 Silas Câmara	PSD	AM
168 Silas Freire	PR	PΙ
169 Silvio Costa	PSC	PE
170 Silvio Torres	PSDB	SP
171 Sóstenes Cavalcante	PSD	RJ
172 Stefano Aguiar	PSB	MG
173 Subtenente Gonzaga	PDT	MG
174 Tiririca	PR	SP
175 Toninho Pinheiro	PP	MG
176 Uldurico Junior	PTC	BA
177 Valadares Filho	PSB	SE
178 Valmir Assunção	PT	BA
179 Vanderlei Macris	PSDB	SP
180 Vicente Candido	PT	SP
181 Vicentinho	PT	SP
182 Victor Mendes	PV	MA
183 Vinicius Carvalho	PRB	SP
184 Vinicius Gurgel	PR	AP
185 Vitor Valim	PMDB	CE
186 Wadson Ribeiro	PCdoB	MG
187 Walney Rocha	PTB	RJ
188 Walter Alves	PMDB	RN
189 Washington Reis	PMDB	RJ
190 Wellington Roberto	PR	PB

191 Weverton Rocha	PDT	MA
192 Wilson Filho	PTB	PB
193 Wolney Queiroz	PDT	PE
194 Zé Silva	SD	MG
195 Zeca Cavalcanti	PTB	PE
196 Zenaide Maia	PR	RN

Assinaturas que Não Conferem

Nº	Nome do Parlamentar	Partido	UF
1 Aliel	Machado	PCdoB	PR
2 Dr. Jo	oão	PR	RJ
3 Eduar	rdo da Fonte	PP	PE
4 José l	Reinaldo	PSB	MA
5 Laudi	ivio Carvalho	PMDB	MG
6 Lucio	Vieira Lima	PMDB	BA
7 Luiz	Cláudio	PR	RO
8 Wash	ington Reis	PMDB	RJ

Assinaturas Repetidas

N°	Nome do Parlamentar	Partido	UF	Assinaturas Repetidas
1	Alberto Filho	PMDB	MA	1
2	2 Alexandre Valle	PRP	RJ	1
3	3 André Figueiredo	PDT	CE	2
2	l Antônio Jácome	PMN	RN	1
5	Arnon Bezerra	PTB	CE	1
6	6 Benjamin Maranhão	SD	PB	1
7	7 Caio Narcio	PSDB	MG	2
8	3 Carlos Manato	SD	ES	1
Ģ	Daniel Vilela	PMDB	GO	1
10) Edinho Bez	PMDB	SC	1
11	l Fábio Mitidieri	PSD	SE	1
12	2 Flávia Morais	PDT	GO	1

13 Gorete Pereira	PR	CE	1
14 Heuler Cruvinel	PSD	GO	1
15 Jhonatan de Jesus	PRB	RR	1
16 Jovair Arantes	PTB	GO	1
17 Lelo Coimbra	PMDB	ES	1
18 Lincoln Portela	PR	MG	1
19 Lúcio Vale	PR	PA	1
20 Luiz Carlos Ramos	PSDC	RJ	1
21 Marcelo Matos	PDT	RJ	1
22 Mário Heringer	PDT	MG	1
23 Marquinho Mendes	PMDB	RJ	3
24 Mauro Lopes	PMDB	MG	2
25 Max Filho	PSDB	ES	1
26 Osmar Serraglio	PMDB	PR	1
27 Paulo Pereira da Silva	SD	SP	1
28 Pedro Chaves	PMDB	GO	1
29 Rocha	PSDB	AC	1
30 Ronaldo Fonseca	PROS	DF	1
31 Ronaldo Lessa	PDT	AL	1
32 Roney Nemer	PMDB	DF	1
33 Sérgio Moraes	PTB	RS	2
34 Sergio Vidigal	PDT	ES	1
35 Uldurico Junior	PTC	BA	1
36 Valadares Filho	PSB	SE	1
37 Vanderlei Macris	PSDB	SP	1
38 Walney Rocha	PTB	RJ	1
39 Walter Alves	PMDB	RN	1
40 Weverton	PDT	MA	1
Rocha			
41 Wolney Queiroz	PDT	PE	1

EMENDA Nº 3 DE 2015

(Do Senhor PAULO PEREIRA e outros)

"Altera os §§1º e 3º do art. 128 da Constituição Federal."

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto Constitucional:

Art. 1º Os §§ 1º e 3º do art. 128 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 128
I
II
§ 1º - O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República, dentre integrantes da carreira maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação do mais votado, em lista tríplice, na instituição, pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal para mandato de dois anos, vedada a recondução."
§3º Os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que após a aprovação do mais votado, na instituição, pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, vedada a recondução."
(NR)
Art. 2º Esta emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.
~

JUSTIFICAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal é, essencialmente, uma Corte Constitucional, sendo o órgão responsável pela interpretação definitiva de nossa Constituição Federal. É

inegável, portanto, o fato de que sua atuação tem forte carga política e consequências de igual natureza.

No intuito de contribuir com o debate sobre a matéria, propomos alteração dos §§1º e 3º do art. 128 da Constituição Federal, vedando a recondução do Procurador-Geral da República e dos Procuradores-Gerais dos Estados, Distrito Federal e Territórios.

Sendo assim, contamos com o apoio dos nobres pares na aprovação da Proposta de Emenda à Constituição que submetemos à deliberação.

Sala das Comissões, em

Deputado **PAULO PEREIRA** e outros



25/05/2015 13:14

Relatório de Verificação de Apoiamento

EMENDA NA COMISSÃO Nº 3/15

Proposição: EMC-3/2015 PEC47301 => PEC-473/2001 **Autor da Proposição:** PAULO PEREIRA DA SILVA E OUTROS

Data de Apresentação: 21/05/2015 16:20:00

Ementa: "Altera os §§1º e 3º do art. 128 da Constituição

Federal."

Possui Assinaturas Suficientes: SIM

Totais de Assinaturas:

Confirmadas	180
Não Conferem	12
Fora do Exercício	-
Repetidas	51
Ilegíveis	2
Retiradas	-
TOTAL	245
MÍNIMO	171
FALTAM	-

Assinaturas Confirmadas

N°	Nome do Parlamentar	Partido	UF
1	Ademir Camilo	PROS	MG
2	Aelton Freitas	PR	MG
3	Alberto Filho	PMDB	MA
4	Alberto Fraga	DEM	DF
5	Alex Manente	PPS	SP
6	Alexandre Valle	PRP	RJ
7	Alfredo Kaefer	PSDB	PR
8	André Abdon	PRB	AP
9	Aníbal Gomes	PMDB	CE
10	Antonio Bulhões	PRB	SP
11	Arnon Bezerra	PTB	CE
12	Arthur Oliveira Maia	SD	BA
13	Arthur Virgílio Bisneto	PSDB	AM
14	Assis do Couto	PT	PR
15	Augusto Carvalho	SD	DF
16	Augusto Coutinho	SD	PE
17	Aureo	SD	RJ
18	Bacelar	PTN	BA
19	Baleia Rossi	PMDB	SP
20	Bebeto	PSB	BA
21	Beto Mansur	PRB	SP
22	Bilac Pinto	PR	MG
23	Cabo Sabino	PR	CE
24	Caio Narcio	PSDB	MG
25	Carlos Bezerra	PMDB	MT
26	Carlos Henrique Gaguim	PMDB	TO
27	Carlos Manato	SD	ES
28	Carlos Marun	PMDB	MS
29	Celso Jacob	PMDB	RJ
30	Celso Maldaner	PMDB	SC
31	Celso Pansera	PMDB	RJ
32	Cesar Souza	PSD	SC
33	Claudio Cajado	DEM	BA
34	Covatti Filho	PP	RS
35	Damião Feliciano	PDT	PB
36	Daniel Almeida	PCdoB	BA
37	Daniel Coelho	PSDB	PE
38	Daniel Vilela	PMDB	GO
39	Danilo Forte	PMDB	CE

40 Darcísio Perondi	PMDB	RS
41 Delegado Edson Moreira	PTN	MG
42 Domingos Sávio	PSDB	MG
43 Dr. Jorge Silva	PROS	ES
44 Dulce Miranda	PMDB	TO
45 Edinho Bez	PMDB	SC
46 Edio Lopes	PMDB	RR
47 Edmar Arruda	PSC	PR
48 Eduardo da Fonte	PP	PE
49 Eli Corrêa Filho	DEM	SP
50 Erivelton Santana	PSC	BA
51 Eros Biondini	PTB	MG
52 Evair de Melo	PV	ES
53 Expedito Netto	SD	RO
54 Ezequiel Fonseca	PP	MT
55 Ezequiel Teixeira	SD	RJ
56 Fabio Garcia	PSB	MT
57 Fábio Sousa	PSDB	GO
58 Felipe Bornier	PSD	RJ
59 Félix Mendonça Júnior	PDT	BA
60 Fernando Coelho Filho	PSB	PE
61 Fernando Jordão	PMDB	RJ
62 Flaviano Melo	PMDB	AC
63 Genecias Noronha	SD	CE
64 Geovania de Sá	PSDB	SC
65 Geraldo Resende	PMDB	MS
66 Giacobo	PR	PR
67 Gilberto Nascimento	PSC	SP
68 Gonzaga Patriota	PSB	PE
69 Goulart	PSD	SP
70 Herculano Passos	PSD	SP
71 Heuler Cruvinel	PSD	GO
72 Hildo Rocha	PMDB	MA
73 Hugo Motta	PMDB	PB
74 Jair Bolsonaro	PP	RJ
75 Jéssica Sales	PMDB	AC
76 João Arruda	PMDB	PR
77 João Campos	PSDB	GO
78 João Carlos Bacelar	PR	BA
79 João Fernando Coutinho	PSB	PE
80 João Marcelo Souza	PMDB	MA
		_

91 Jony Moraco	PRB	SE
81 Jony Marcos	PSD	BA
82 José Carlos Araújo 83 José Priante	PMDB	PA
84 Josué Bengtson	PTB	PA
85 Jovair Arantes	PTB	GO
86 Júlia Marinho	PSC	PA
87 Junior Marreca	PEN	MA
88 Laerte Bessa	PR	DF
89 Lelo Coimbra	PMDB	ES
90 Leonardo Picciani	PMDB	RJ
91 Leonardo Quintão	PMDB	MG
92 Leopoldo Meyer	PSB	PR
93 Lindomar Garçon	PMDB	RO
94 Lobbe Neto	PSDB	SP
95 Lucio Mosquini	PMDB	RO
96 Lucio Vieira Lima	PMDB	BA
97 Luiz Carlos Busato	PTB	RS
98 Luiz Nishimori	PR	PR
99 Major Olimpio	PDT	SP
100 Mandetta	DEM	MS
101 Manoel Junior	PMDB	PB
102 Marcelo Álvaro Antônio	PRP	MG
103 Marcelo Castro	PMDB	PI
104 Marco Tebaldi	PSDB	SC
105 Marcos Rogério	PDT	RO
106 Marcos Rotta	PMDB	AM
107 Mariana Carvalho	PSDB	RO
108 Mário Negromonte Jr.	PP	BA
109 Marquinho Mendes	PMDB	RJ
110 Marx Beltrão	PMDB	AL
111 Mauro Lopes	PMDB	MG
112 Mauro Mariani	PMDB	SC
113 Mauro Pereira	PMDB	RS
114 Max Filho	PSDB	ES
115 Milton Monti	PR	SP
116 Moroni Torgan	DEM	CE
117 Nelson Marchezan Junior	PSDB	RS
118 Nelson Marquezelli	PTB	SP
119 Nelson Meurer	PP	PR
120 Newton Cardoso Jr	PMDB	MG
121 Nilson Leitão	PSDB	MT
121 Mison Lottao	וטטט	141 1

122 Odelmo Leão	PP	MG
123 Osmar Terra	PMDB	RS
124 Otavio Leite	PSDB	RJ
125 Padre João	PT	MG
126 Paes Landim	PTB	PI
127 Pastor Eurico	PSB	PE
128 Paulo Foletto	PSB	ES
129 Paulo Freire	PR	SP
130 Paulo Pereira da Silva	SD	SP
131 Pedro Chaves	PMDB	GO
132 Pompeo de Mattos	PDT	RS
133 Professor Victório Galli	PSC	MT
134 Raimundo Gomes de Matos	PSDB	CE
135 Raul Jungmann	PPS	PE
136 Renata Abreu	PTN	SP
137 Renato Molling	PP	RS
138 Ricardo Izar	PSD	SP
139 Ricardo Tripoli	PSDB	SP
140 Roberto Britto	PP	BA
141 Rocha	PSDB	AC
142 Rodrigo Maia	DEM	RJ
143 Rodrigo Martins	PSB	PΙ
144 Rogério Marinho	PSDB	RN
145 Rogério Peninha Mendonça	PMDB	SC
146 Rômulo Gouveia	PSD	PB
147 Ronaldo Benedet	PMDB	SC
148 Ronaldo Fonseca	PROS	DF
149 Ronaldo Nogueira	PTB	RS
150 Roney Nemer	PMDB	DF
151 Rubens Bueno	PPS	PR
152 Rubens Otoni	PT	GO
153 Sandes Júnior	PP	GO
154 Saraiva Felipe	PMDB	MG
155 Sérgio Brito	PSD	BA
156 Sérgio Moraes	PTB	RS
157 Sérgio Reis	PRB	SP
158 Sergio Souza	PMDB	PR
159 Shéridan	PSDB	RR
160 Silas Câmara	PSD	AM
161 Silvio Torres	PSDB	SP
162 Simão Sessim	PP	RJ

163 Simone Morgado	PMDB	PA
164 Soraya Santos	PMDB	RJ
165 Stefano Aguiar	PSB	MG
166 Uldurico Junior	PTC	BA
167 Valdir Colatto	PMDB	SC
168 Valmir Assunção	PT	BA
169 Veneziano Vital do Rêgo	PMDB	PB
170 Vicente Candido	PT	SP
171 Vinicius Carvalho	PRB	SP
172 Vitor Lippi	PSDB	SP
173 Vitor Valim	PMDB	CE
174 Washington Reis	PMDB	RJ
175 Wellington Roberto	PR	PB
176 Weverton Rocha	PDT	MA
177 Wilson Filho	PTB	PB
178 Wolney Queiroz	PDT	PE
179 Zé Geraldo	PT	PA
180 Zé Silva	SD	MG

Assinaturas que Não Conferem

N°	Nome do Parlamentar	Partido	UF
1 Alceu	Moreira	PMDB	RS
2 Alfred	lo Nascimento	PR	AM
3 Betinl	no Gomes	PSDB	PE
4 Cabuç	eu Borges	PMDB	AP
5 Capitâ	ão Augusto	PR	SP
6 Chico	D'Angelo	PT	RJ
7 Eduar	do Cury	PSDB	SP
8 João (Gualberto	PSDB	BA
9 José F	Fogaça	PMDB	RS
10 Lucas	Vergilio	SD	GO
11 Vande	erlei Macris	PSDB	SP
12 Walte	r Alves	PMDB	RN

Assinaturas Repetidas

Nº	Nome do Parlamentar	Partido	UF	Assinaturas Repetidas
				•

1 Alberto Filho	PMDB	MA	3
2 Aureo	SD	RJ	1
3 Cabo Sabino	PR	CE	1
4 Caio Narcio	PSDB	MG	1
5 Carlos Manato	SD	ES	1
6 Celso Jacob	PMDB	RJ	2
7 Celso	PMDB	SC	1
Maldaner			
8 Celso Pansera	PMDB	RJ	1
9 Delegado Edson Moreira	PTN	MG	1
10 Dr. Jorge Silva	PROS	ES	1
11 Edio Lopes	PMDB	RR	1
12 Expedito Netto	SD	RO	3
13 Fabio Garcia	PSB	MT	1
14 Felipe Bornier	PSD	RJ	1
15 Giacobo	PR	PR	2
16 Hugo Motta	PMDB	PB	1
17 Jair Bolsonaro	PP	RJ	1
18 Lucio	PMDB	RO	2
Mosquini			
19 Marcelo	PRP	MG	1
Álvaro Antônio			
20 Marcelo	PMDB	PI	1
Castro	TWIDE		1
21 Mário	PP	BA	1
Negromonte			
Jr.			
22 Mauro Pereira		RS	1
23 Max Filho	PSDB	ES	1
24 Nelson Marquezelli	PTB	SP	1
25 Newton Cardoso Jr	PMDB	MG	1
26 Paulo Freire	PR	SP	1
27 Paulo Pereira	SD	SP	2
da Silva			
28 Pedro Chaves	PMDB	GO	2
29 Pompeo de Mattos	PDT	RS	2
30 Raimundo	PSDB	CE	1
Gomes de			

Matos			
31 Ricardo Tripoli	PSDB	SP	1
32 Ronaldo Fonseca	PROS	DF	1
33 Roney Nemer	PMDB	DF	1
34 Rubens Otoni	PT	GO	1
35 Saraiva Felipe	PMDB	MG	1
36 Shéridan	PSDB	RR	1
37 Uldurico Junior	PTC	BA	1
38 Vitor Valim	PMDB	CE	1
39 Washington Reis	PMDB	RJ	1
40 Wellington Roberto	PR	PB	1
41 Zé Silva	SD	MG	1